

RELATÓRIO DE GESTÃO



2018

ÍNDICE

- 1. SITUAÇÃO ECONÓMICA GLOBAL EM 2018 E PERSPETIVAS PARA 2019**
- 2. UNICÂMBIO: 26 ANOS DE ATIVIDADE**
- 3. ACONTECIMENTOS MAIS RELEVANTES**
- 4. CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS E DESEMPENHO DA ATIVIDADE**
- 5. EVOLUÇÃO ECONÓMICA**
- 6. SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 7. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL**
- 8. PERSPETIVAS PARA 2019**
- 9. FACTOS OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**
- 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**
- 11. REFERÊNCIAS**
- 12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- 13. ANEXOS**



UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Sede Social: Rua C, Edifício 124, 5º piso, Aeroporto de Lisboa

1700-008 Lisboa

Capital Social: 1.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número único de matrícula e de pessoa coletiva n.º 502 870 206

Órgãos sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: José Augusto Aleixo Neves Soares

Secretário: Ana Maria Colaço Norvick Martins Peralta Maricato

FISCAL ÚNICO

Fiscal Único: Oliveira Reis & Associados

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Manuel Maria Ricardo

Vogal: Paulo Jorge Seixas de Castro Jerónimo

Vogal: José Carlos Pereira Lilaia

Lisboa, 25 de março de 2019

27

27

1. Situação Económica Global em 2018 e Perspetivas para 2019

ECONOMIA MUNDIAL

Segundo as estimativas intercalares do FMI de janeiro de 2019, a taxa de crescimento do PIB da economia global em 2018 foi de 3,7%. Este desempenho foi menos favorável que o previsto antes, porque, nos dois últimos trimestres do ano, algumas economias da Europa e da Ásia, designadamente a economia



alemã e a chinesa acusaram desaceleração. No entanto, houve a registar alguma compensação parcial por um melhor comportamento de outras economias como a dos EUA que cresceu 2,9%. O crescimento da China ficou apenas nos 6,6%.

Para 2019, independentemente das diferenças nas taxas de crescimento que projetam, FMI, BM, OCDE e Eurostat, estão de acordo com a desaceleração da economia mundial devido a fatores vários como o abrandamento da economia chinesa, as incertezas no processo do Brexit, as tensões comerciais, os aumentos de impostos e as restrições financeiras e a já visível transformação da economia mundial a caminhar para um futuro ainda “desconhecido”, em que os efeitos da Inteligência Artificial (IA), designadamente pelas suas repercussões no mundo do trabalho, se transformou “em caixa negra”. Os impactos do mundo tecnológico constituem a grande incógnita de futuro da evolução da economia e das sociedades.

Segundo o FMI, o PIB mundial crescerá em 2019, 3,5% (-0,2 pontos percentuais) e em 2020, 3,6% (-0,1) que o previsto nas projeções de Outono de 2018. As duas maiores economias mundiais, EUA (2,5%) e China (6,2%), acompanham esta tendência decrescente do crescimento mundial. O Brasil, segundo o FMI, apresentará uma taxa de crescimento de 2,5% em 2019 e 2,2% em 2020.



PERSPECTIVAS ECONÓMICAS DA EU 2019 E 2020

A economia da EU entrou em 2019 a acusar as repercussões do abrandamento da economia alemã, as incertezas provenientes do Brexit, a instabilidade política em alguns países como a Itália designadamente nas suas relações com Bruxelas, para além das eleições em maio com muitas interrogações sobre a composição do PE resultante. Para o FMI, nesta revisão intercalar de janeiro, o PIB da Zona Euro situar-se-á em 1,6% em 2019, menos 0,3 pontos percentuais, mantendo-se em 1,7% em 2020. Mas para economias como a Alemanha, registar-se-á uma desaceleração acentuada em 2019 para 1,3%. Menos 0,6 pontos percentuais (pp) que as previsões do Outono. Para a Itália, a taxa prevista é de 0,6% menos 0,4 pp. Nas últimas perspetivas da Comissão Europeia, a desaceleração para a zona Euro é bem mais acentuada (1,3% contra 1,6% do FMI).

Estas perspetivas não contemplam, no entanto, os efeitos de um eventual Brexit sem acordo, quer na EU quer no Reino Unido que a dar-se vai ter um efeito negativo de considerável significado.

A SITUAÇÃO DO TURISMO INTERNACIONAL

O ano de 2018, segundo o barómetro de janeiro de 2019, encerrou com 1400 milhões de chegadas de turistas internacionais (visitantes que passaram pelo menos uma noite) apresentando a segunda maior taxa de crescimento desde 2010 (+ 6%), ficando apenas aquém do ano anterior 7%.

Por regiões do Mundo, o Barómetro OMT de janeiro apresenta para 2018 a seguinte distribuição das chegadas internacionais: Médio Oriente (10%), África (7%). Europa e Ásia/Pacífico em linha com o Mundo (6%), embora a Europa Meridional e Mediterrânica tenham tido uma taxa superior da ordem dos 7%. Só as Américas destoam com uma taxa média de 3%.

No entanto, no conjunto das diversas regiões há países que se destacaram como a Federação Russa com 16%, Austrália 9%, EUA 7% e República da Coreia 6%.

PERSPETIVAS DO TURISMO INTERNACIONAL 2019

Segundo as previsões do grupo de peritos da OMT espera-se para 2019 uma taxa de crescimento do turismo entre 3 e 4%, com distribuições muito desiguais por regiões do Mundo. No entanto, regiões como as Américas tendem a melhorar em termos relativos, sendo as expectativas no Brasil de uma melhoria significativa.

Os fatores, que maior peso negativo têm nestas projeções, são a desaceleração sentida na economia mundial, as incertezas do Brexit e as tensões geopolíticas e comerciais,

sobretudo entre as duas maiores economias mundiais EUA e China, designadamente no domínio das tecnologias 5G.

A digitalização, os novos modelos de negócio, as viagens a preços mais acessíveis e as mudanças sociais são fatores a influenciar positivamente o sector.

Da ponderação entre estes fatores decorre o crescimento sustentado referido.

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS – PORTUGAL

ECONOMIA PORTUGUESA EM 2018

A taxa de crescimento da economia portuguesa em 2018 situou-se em 2,1%, segundo o INE, menos 0,2 pontos percentuais que o previsto. Mais favoráveis, contudo, foram os valores da taxa de desemprego, o aumento de emprego registado e o défice orçamental.

Para este desempenho menos favorável que o previsto, segundo o INE, houve o contributo da procura externa líquida que desacelerou face às expectativas iniciais, não tendo a procura interna compensado a situação, designadamente através do investimento com um crescimento frágil.

Qualitativamente, porém, estão a dar-se algumas mudanças significativas, traduzidas no aumento significativo de exportações de bens de maior valor acrescentado e o turismo que continua a ser o sector motor da economia portuguesa numa base competitiva sustentada em que, segundo o Banco de Portugal, apenas 20% do sector funciona na base competitividade-preço com os restantes 80% na qualidade oferecida e segurança.

O ano de 2018 ressentiu-se ainda da falta de disponibilidade de mão-de-obra em alguns sectores económicos, tendo estes de aumentar os salários para conseguir minorar as carências.

O TURISMO PORTUGUÊS EM 2018

O turismo continua a ser um motor forte da economia portuguesa, sendo de considerar dois segmentos com comportamentos diferentes: o destino sol e praia com uma concorrência acrescida de alguns países mediterrânicos (Turquia, Tunísia, Malta, Chipre e Egipto) que praticam preços mais baixos por não praticarem preços em euros e o destino de cidade em que a procura externa continua elevada e, segundo estudos disponíveis, com margem para crescer. No ano de 2018, o turismo cresceu bastante acima da economia portuguesa, muito em linha com o comportamento de 2017 que



acusou um grande pico de crescimento. É, contudo, de registar uma diferença qualitativa: o aumento das receitas está a melhorar significativamente.

As expectativas das exportações em 2018 deverão representar 16,8 mil milhões de euros, ou seja, o equivalente a 8,4% do PIB. Refira-se que, em 2010, representavam 4,2% apenas cerca de metade. Uma mudança substantiva.

Os efeitos do Brexit, decréscimo do número de turistas, estão a sentir-se já algum tempo, designadamente nas regiões de maior acolhimento do turista inglês, Algarve e Madeira. Em compensação, também se nota alguma diversificação de mercados, designadamente americano, brasileiro e, em menor grau, russo e europeu.

A ECONOMIA PORTUGUESA EM 2019

Para 2019 as incertezas são muitas. Todas as instituições (FMI, OCDE, BM, Comissão Europeia) apontam para uma desaceleração do crescimento a nível do enquadramento externo e, por conseguinte, com reflexos no crescimento dos países.

A economia portuguesa não foge à regra e mostra uma certa resiliência. É de assinalar que nos dois primeiros meses de 2019, se assiste a uma execução orçamental excecionalmente positiva, elevado crescimento das receitas fiscais e da segurança social.

Temos, contudo, dois problemas adicionais na Europa. O Brexit cujo modelo de saída continua ainda uma incógnita e um ano eleitoral que traz sempre instabilidade política com reflexos no desempenho da economia. A adicionar ainda a situação recente em Espanha, que complexifica as nossas relações comerciais externas e as incertezas “ao mundo” das eleições. Difícil quantificar o comportamento, mas devido à resiliência estará em linha com a zona Euro ou até ligeiramente acima como aconteceu nos dois últimos anos.

Por outro lado, os países da CPLP como o Brasil e Angola não se apresentam com grande dinâmica e agora a situação em Moçambique também acrescenta maior complexidade. No entanto, para o Brasil é expectável um melhor desempenho na área do turismo alicerçada no número de visitantes que cresceu cerca de 7% nestes dois últimos meses.

O turismo para Portugal, por seu lado, indicia boas expectativas.

Antes da situação política em Espanha havia análises que apontavam para um reforço das exportações do turismo no PIB, podendo situar-se em 2019 nos 8,7% e, em 2020, atingir 9%, sobretudo pelo contributo potencial do segmento destino de cidade.

Na verdade, temos muito país para oferecer, designadamente uma componente histórica a explorar.

Do ponto de vista da emissão Portugal continua a crescer com os portugueses a viajar cada vez mais para destinos asiáticos e do próximo oriente; a atividade da Unicâmbio em venda de moeda é um bom barómetro, sendo possível antever a continuidade de um crescimento nos próximos dois anos.

Em conclusão, e do ponto de vista dos impactos sobre a Unicâmbio podemos concluir:

- Existência de ameaças relacionadas com a escassez de dólares em Angola refletindo-se sobre as disponibilidades dos viajantes. Este movimento está a ser compensado pelo acréscimo de turistas dos E.U.A., em consonâncias com o aumento dos voos dos E.U.A. para Portugal.
- O excelente desempenho do Canadá enquanto emissor de turistas, em 2017, para o Algarve, Lisboa e Porto, foi contrariado por forte movimento de decréscimo em 2018.
- O destino da cidade e os city break, mantêm a sua tendência crescente, mas não podemos esquecer que na sua composição existe uma forte componente de turistas na zona euro.
- A perspetiva negativa do Brexit sobre as trocas cambiais são uma realidade dos dois últimos anos, quer a nível dos residentes Britânicos em Portugal, quer no que respeita aos turistas que escolhem Portugal como destino de férias. Estamos a considerar valores que nos dois últimos anos apontam para um decréscimo muito significativo (-20%) e que face à perspetiva extrema de um Brexit sem acordo e um quadro de desvalorização da Libra face ao Euro (valores estimados entre -15% e -20%), poderão determinar entre 2019 e 2020, perdas possíveis de 20% a 25%, nas transações.
- Trata-se de um cenário que está a ser parcialmente compensado pelas trocas efetuadas por emigrantes que nos dois últimos anos rumaram ao Reino Unido e Suíça.
- O Turismo de sol e praia, deverá apresentar performances próximas das verificadas nos últimos anos, não obstante a concorrência de destinos mediterrânicos e do próximo oriente, mais competitivos em preços que não em qualidade.
- Já em relação ao turismo de compras, confirmar-se-á a trajetória ascendente de 2018, alavancada pelos Chineses e Brasileiros e pela qualidade da oferta.

Handwritten signature/initials

2. Unicâmbio: 26 anos de atividade

Em linha com o que tem acontecido nos últimos anos, a Unicâmbio tem desenvolvido por altura do seu aniversário, no mês de novembro, um conjunto de iniciativas, diretamente relacionadas com a atividade da Instituição.

No fundo, tendo em conta o significativo peso da Unicâmbio nos segmentos de câmbios, transferências de dinheiro, cartão pré-pago e ATM's, procura-se refletir com os nossos parceiros e a sociedade civil, os problemas e as perspetivas da atividade. Neste quadro realizámos no dia 22 de novembro, no Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG, a 2ª Conferência de Outono da Unicâmbio, cumprindo um compromisso assumido aquando da celebração do 25º Aniversário.



A Conferência deste ano sobre o tema “Guerras Cambiais do Século XXI”, foi aberta com uma intervenção do ex-presidente do BCE, Vitor Constâncio relativa à “Concorrência entre Moedas no Sistema Monetário Internacional”.

A partir de agora estas conferências passarão a contar com um curador permanente e em cada ano, serão

realizadas numa Escola de Economia, alargando-se assim, as parcerias com Instituições Universitárias.

O debate, foi moderado por João Duque, professor do ISEG, tendo participado no mesmo, Fernando Rocha Andrade, deputado e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Nuno Valério, Presidente do Conselho Científico do (Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG) e coordenador do Gabinete de História Económica e Social do ISEG e Manuel Puerta da Costa, presidente da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros (APAF).

Os intervenientes abordaram temas como as consequências na União Europeia do défice italiano e do Brexit e como reagirão os pequenos estados como Portugal.

Houve ainda lugar na discussão para o tema do momento: o papel das criptomoedas nas guerras cambiais. Na oportunidade o Dr. Vitor Constâncio afirmou: “*Criptomoedas não são moeda coisa nenhuma*”.

Nesta Conferência estiveram presentes mais de 150 convidados de diferentes áreas como a banca, seguros, juristas e universitários, bem como outras personalidades com interesse nesta temática.

Concluimos que o tema escolhido e painel de oradores são factos de grande atualidade, pois a 2ª Conferência da Unicâmbio foi notícia em diversos órgãos de comunicação.

O fecho da Conferência foi assinalado com a atuação de um Quarteto de Cordas.

No âmbito da celebração do dia 14 de novembro, teve lugar a inauguração oficial do



balcão das Bagagens do Aeroporto de Lisboa, para um grupo de convidados, concessionários, parceiros e membros do Conselho de Administração da ANA Aeroportos.

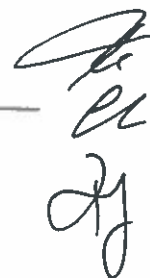
O novo balcão da Sala de Bagagens, reflete um novo conceito, utilizando a tecnologia de LED's para comunicação e

oferecendo cada vez mais comodidade aos nossos clientes.

Este momento contou com a presença de uma Violinista que tocou também para os passageiros que aguardavam a sua bagagem e assim puderam aproveitar esta pausa para descontrair do stress que são sempre as viagens de avião.

No quadro deste evento foi criada uma ação promocional de 0% de comissão para todas as operações de câmbio e a oferta de uma almofada de viagem para o pescoço, nos balcões da Unicâmbio nos Aeroportos de Lisboa, Faro e Madeira.

No Aeroporto de Lisboa, esta ação contou ainda com a oferta de uma rosa a todas as senhoras, e com 4 animadoras, vestidas com fatos de nota (Euro, Libra, Real e Dólar) que distribuíram flyers e interagiram com os passageiros.



3. Acontecimentos mais relevantes

Os 26 anos de atividade da Unicâmbio ficaram assinalados por alguns factos muito significativos:

- O segundo melhor ano de sempre da história da Unicâmbio em volume de negócios e resultado líquido.
- Implementação do novo sistema informático – o Projeto Trader, com início de implantação em 1 de janeiro de 2019.
- Ultrapassámos os 250 colaboradores.
- Consolidámos a nossa posição de maior agente da Western Union.
- A Unicâmbio viu renovada pelo Banco de Portugal a licença de instituição de pagamento.
- A nova estrutura orgânica e funcional da Unicâmbio.
- Constituição de uma sociedade de direito marroquina, a Unicâmbio SARL, AU, detida a 100% pela Unicâmbio – Instituição de Pagamento, S.A.
- Novo impulso no processo de internacionalização da Unicâmbio – Marrocos, com a prevista abertura de um balcão de câmbios no terminal 1 do Aeroporto de Casablanca, a ocorrer durante o 1º trimestre de 2019.

A estes, outros se juntaram:

- A Unitransfer, Angola, participada pela Unicâmbio, obteve pelo segundo ano consecutivo resultados interessantes não obstante o período difícil em termos económicos e financeiros por que o país passa.
- Foi concretizado o objetivo de criação de um Conselho Consultivo no sentido de apoiar a elaboração e acompanhamento da estratégia de desenvolvimento da Unicâmbio e de apreciar e aconselhar sobre a gestão da instituição. O Conselho Consultivo reúne personalidades de reconhecido mérito e experiência nos domínios empresariais, internacional, social, universitário, entre outros.
A primeira reunião terá lugar no próximo mês de fevereiro.
- Após um processo marcado pela complexidade e envolvimento de toda a estrutura da Unicâmbio, ficaram concluídos os trabalhos tendentes à implantação do projeto informático Trader. Trata-se de um projeto global de substituição e renovação do sistema informático da Unicâmbio.
- Em maio foi concluído o processo de reestruturação dos serviços e departamentos da Unicâmbio, iniciado no ano anterior. A sua implantação e nomeação de diretores ocorreu nos meses seguintes de uma forma gradual.

Trata-se de uma resposta global aos desafios da internacionalização, de necessidades decorrentes do crescimento da empresa e de adaptação às exigências regulatórias e de um posicionamento ativo, perante os novos desafios do mercado.

- Ficou concluído o documento “Estratégia 2023”, o qual será apresentado na 1ª Reunião do Conselho Consultivo a ter lugar no próximo mês de fevereiro.

O documento está estruturado em três eixos fundamentais a saber: Tendências que afetam o negócio da Unicâmbio, proposta de estratégia para os próximos 5 anos reestruturação para suportar a estratégia definida.

Enquanto eixos transversais, destacam-se, a consolidação do mercado, prioridade no crescimento internacional, produtos com incorporação tecnológica, entre outros.

- No corrente ano foi dada continuidade ao processo de aumento de número de Coordenadores e Gerentes da Rede.
- O compromisso da Unicâmbio de realizar anualmente, no mês de novembro, a Conferência de Outono, oportunidade para se refletir sobre temas previamente selecionados e diretamente relacionados com a atividade da Unicâmbio.
- Ficou praticamente concluída a renovação do brand dos balcões da Unicâmbio procurando-se a homogeneidade de imagem e um mais fácil reconhecimento pelo mercado.
- Um facto que se regista e que se acentua ano após ano é o reconhecimento pelo mercado da marca Unicâmbio. A notoriedade é cada vez maior, refletindo-se no volume de negócios e do número de clientes.
- A uma empresa líder de mercado exige-se a sua presença em pontos estratégicos na entrada e passagem de turistas. A Unicâmbio continua a estar presente nos Aeroportos de Lisboa, Faro e Madeira, Terminais de Cruzeiros de Lisboa e Funchal e principais Estações de Caminho de Ferro.
- No segmento do Turismo de compra, já estávamos no El Corte Inglés de Lisboa e Freeport Outlet. No decurso do ano abrimos um balcão no El Corte Inglés de Gaia e estão em curso iniciativas para uma localização no Vila do Conde Outlet.
- O ano de 2018 é o 2º melhor ano da vida da Unicâmbio, medido através do resultado líquido, atingindo o valor de 1.705.256,31 euros.
- Os montantes atingidos pelo EBITDA, os meios libertos e o resultado líquido alcançado, são bastante significativos e traduzem naturalmente os bons índices de rentabilidade.
- A evolução da estrutura patrimonial da Unicâmbio reflete um reforço de solidez continuado. Em 2018, assistiu-se a uma redução do passivo e a um significativo aumento do ativo.
- A Instituição manteve o ritmo de investimento dos últimos anos, sem afetar os elevados níveis de liquidez.



- Os valores apresentados pelos rácios de solvabilidade e autonomia financeira, constituem a imagem de marca da Unicâmbio e evidenciam a sua solidez financeira e inerente capacidade de solvência dos compromissos assumidos perante terceiros.
- Os capitais próprios da sociedade ascendiam no final do ano a 8.881.567,76 euros, aumentando todos os anos, como reflexo de uma estratégia que procura o reforço da sustentabilidade económica e financeira da empresa, bem evidenciada numa prudente distribuição de dividendos.
- Os fundos próprios, na aceção do Banco de Portugal, continuam a ser marcados por uma constante evolução positiva e apresentavam o valor muito significativo de 7.176.311,45 euros.

Temos assim uma Instituição cada vez mais sólida, com uma trajetória que evidencia grande regularidade, e preparada para enfrentar os desafios do futuro.

4. Cumprimento de Objetivos e Desempenho da Atividade

É nossa convicção que mais uma vez a Unicâmbio atingiu durante 2018, os principais objetivos que foram definidos e apresentados no Relatório de Gestão do ano de 2017. Consolidámos o nosso posicionamento no mercado em câmbios e transferências de dinheiro e reforçámos a nossa condição de líder de mercado nestes dois segmentos.

O crescimento nas transferências de dinheiro Western Union, superou as melhores expectativas, continuando a sua trajetória ascendente, com o bom desempenho verificado a nível dos envios para o Brasil e de outros corredores. Para isso contribuiu, igualmente, a grande aceitação do produto D2B (direto para conta bancária) por parte do cliente.

A Unicâmbio continua a operar como agente da Western Union em regime de exclusividade no território nacional e no segmento das agências de câmbio e instituições de pagamento.

A associação da Western Union e Unicâmbio é avaliada pelo mercado e traduzida pelos sinais de presença geográfica global, reputação, credibilidade, eficiência do serviço, qualidade do atendimento e relacionamento em geral com o cliente.

Junta-se a este segmento o corredor Angola / Portugal, em serviço direto para a conta bancária, onde a Unicâmbio tem a Unitransfer como parceiro de negócio naquele território.

Relativamente à nossa participada Unitransfer, em resultado da situação económica em Angola, não conseguiu atingir os níveis de 2017, contudo, os resultados foram positivos conseguindo-se, igualmente, uma acentuada fidelização dos clientes.

Conforme previsto o ano foi, também, marcado por um crescimento do número de colaboradores da Unicâmbio, atingindo-se o número de 250. O crescimento foi mais acentuado ao nível das competências para que a Unicâmbio possa responder aos desafios que tem pela frente.

Podemos afirmar que à escala nacional a Unicâmbio é hoje, uma grande e credível instituição de pagamento.

Iniciámos a nossa atividade em 1992, com o câmbio manual, acrescentando novos produtos ao longo da sua existência. Foi o caso das transferências de dinheiro Western Union e mais recentemente o cartão pré-pago multdivisas e a instalação de ATM's Euronet.

Os câmbios são, ainda hoje a atividade que mais rendimento proporciona à Unicâmbio, não obstante a quebra verificada no último ano, em resultado da situação económica

em Angola, das ameaças do Brexit e da constante desvalorização do real brasileiro, uma vez que o dólar americano, a libra e o real, são as três moedas mais transacionadas pela Instituição. Também nos câmbios a Unicâmbio é uma grande referência a nível nacional, como resultado dos 80 balcões que compõem a rede e cobrindo todos os segmentos em que a atividade se pode decompor, como o turismo e os negócios.

A comodidade dos clientes encontrarem um balcão da Unicâmbio em Aeroportos, Centros Comerciais, Terminais de Cruzeiros e Estações de Comboios, é amplamente reconhecida pelo mercado, como o é também, pelo facto de a Unicâmbio transacionar 50 moedas e as mesmas estarem disponíveis em toda a rede. Por isso as vendas de moeda estrangeira apresentam nos últimos anos crescimentos muito significativos.

MERCADO DE CÂMBIOS

A compra e venda de moeda estrangeira continua a ser a atividade core da Unicâmbio, não fosse com os câmbios que a empresa iniciou os seus negócios há mais de 25 anos, estando esta atividade no seu ADN e enraizado na cultura empresarial de todos os seus colaboradores.

Em 2018 verificou-se uma quebra tanto no número de operações como no volume transacionado, sendo que um dos motivos será certamente o incremento de utilização de meios alternativos de pagamento que podem substituir em alguns casos os meios físicos.

Ainda assim é de assinalar o crescimento das vendas de moeda estrangeira que estará certamente relacionado com a ampla rede de lojas que disponibilizamos estrategicamente em todo o território nacional e com a oferta de mais de 50 moedas estrangeiras sempre disponíveis para o público, oferecendo enorme conveniência e um serviço de excelência ao nosso cliente.

O dólar e a libra continuam a ser as moedas com maior peso nos negócios sendo que em ambas se manifesta uma quebra que conduz a um resultado global inferior face a 2017. Ainda que algumas moedas com menor expressão tenham revelado bons níveis de crescimento, o volume não compensa a perda nas duas principais moedas referidas anteriormente.

Podemos analisar no quadro seguinte a evolução do valor do fixing sendo notória a apreciação do euro face à libra e ao real brasileiro e uma desvalorização face ao dólar.

FIXING	USD	GBP	BRL
29-12-2017	0,83382	1,12710	0,25171
29-03-2018	0,81162	1,14299	0,24427
29-06-2018	0,85778	1,12860	0,22284
28-09-2018	0,86386	1,12701	0,21489
31-12-2018	0,87336	1,11791	0,22502

TRANSFERÊNCIAS DE DINHEIRO

O negócio de transferências de dinheiro em parceria com a Western Union tem assumido um papel cada vez mais importante e crescente na Unicâmbio. O crescimento verificado levou a algumas ações de remodelação das lojas e do número de colaboradores de *front office* para melhor responder às necessidades dos clientes e incremento de operações efetuadas na nossa rede de lojas.

Em 2018 verificámos um significativo aumento no número de operações bem como nos valores movimentados, tanto em envios como em pagamentos. O Brasil continua a ser o corredor com o peso mais considerável. Importa ainda referir os novos preçários implementados a 1 de março para os seguintes destinos: Índia, Bangladesh, Sri Lanka, Paquistão e Nepal, de forma a acompanhar os crescentes níveis migratórios destas comunidades e ir de encontro à expetativas dos clientes.

Assim a par com o Brasil de referir a Índia e o Nepal como protagonistas também importantes no crescimento verificado.

Como curiosidade, é de referir que efetuámos envios para 208 países e pagamentos oriundos de 198 países. Em 2018 houve um forte incremento no número de operações efetuadas com os serviços "Direct to bank" e Western Union Air que possibilitam maior conforto ao cliente e procuram ir ao encontro das expectativas dos mesmos.



CARTÃO PRÉ-PAGO

Em 2014 lançámos este produto pioneiro e desde então continuamente fizemos melhorias ao produto procurando sempre ir de encontro às necessidades e expectativas dos clientes. O cartão pré-pago Cash4Travel é a maneira mais segura e conveniente de fazer compras ou pagar serviços em todo o Mundo. A parceria



com a Mastercard disponibiliza mais de 35,9 milhões de localizações pelos 4 cantos do Mundo.

Com o Cash4Travel o cliente sabe exatamente o valor do câmbio para qualquer uma das moedas disponíveis: Dólar Americano, Libra Esterlina, Real Brasileiro, Franco Suíço e Euro. O processo de carregamento é muito simples e em caso de perda, poderá recuperar os valores carregados, oferecendo uma enorme segurança a todos os nossos clientes. O facto de não estar associado a nenhuma conta bancária é muito relevante no que respeita à segurança e confiança neste produto.

Realçamos ainda o protocolo de colaboração com a TAP, para a oferta de milhas aos utilizadores do programa de fidelização TAP Victoria.



Volvidos 4 anos de vendas, 2018 foi o ano de analisar em detalhe a utilização do produto, conhecer os nossos clientes, ouvir o que tinham para partilhar connosco acerca do cartão pré-pago e preparar alguns ajustes para que a nossa oferta seja a mais adequada.

MARKETING

Em 2018 foram levadas a cabo alterações na estrutura organizacional da Unicâmbio, das quais destacamos a separação do Marketing e da Comunicação e Marca em direcções distintas e autónomas.

A Direcção de Marketing tem como missão disponibilizar, em cada momento, um portfólio de produtos competitivo e que garanta o contínuo crescimento da empresa.

Uma das tarefas que merece destaque é a gestão dos produtos da empresa e a elaboração dos respetivos planos de marketing para cada um deles procurando maximizar os seus resultados, sempre em estreita colaboração com parceiros externos, quando for o caso. A mais recente área pretende levar a cabo estudos sobre o comportamento do cliente para melhor adaptar a oferta da empresa às suas necessidades e expectativas.

A Unicâmbio pretende continuamente chegar mais longe e fazer mais de forma eficiente e eficaz, com a disponibilização de um portfolio de produtos e serviços cada vez mais completo para o nosso alargado leque de clientes.

COMUNICAÇÃO E MARCA

Uma das principais responsabilidades do Departamento de Comunicação é dotar os balcões Unicâmbio, de processos de inovação, fruto da consciência de que estes locais devem ser únicos e memoráveis, proporcionando aos clientes experiências de serviço e de atendimento diferenciadoras.

Assim, ao longo do ano fomos acolhendo vários *inputs* das áreas de coordenação no sentido de implementar novas abordagens ao cliente.

A Unicâmbio tem estado a acompanhar as tendências de mercado e também as novas formas de relacionamento com os nossos clientes. As plataformas digitais têm sido uma das apostas de suporte de divulgação dos nossos serviços e campanhas de produto.

Referem-se algumas das ações mais representativas:

Em fevereiro de 2018 a Unicâmbio assinou um protocolo de colaboração com a TAP, para a oferta de milhas aos utilizadores do programa de fidelização TAP Victoria; por cada Euro carregado uma milha é creditada no cartão TAP Victoria, mas também, para cada nova adesão ao cartão Cash4Travel os portadores do cartão TAP Victoria recebem um bónus de 500 milhas.

Em termos de estratégia de comunicação consideramos que a parceria agora estabelecida com a TAP irá dar mais visibilidade ao cartão Cash4Travel e chegar ao *target* que pretendemos atingir. Coloca a Unicâmbio em contato direto com milhões de pessoas, portadoras do cartão TAP Victoria, programa de fidelização de grande prestígio e premiado internacionalmente.

O plano de meios desta campanha foi desenhado para estar presente, nos meios digitais em plataformas como o facebook, internet (website Unicâmbio) e Newsavia e também na Revista Up.

A Unicâmbio estabeleceu uma parceria para os colaboradores da TAP com vantagens exclusivas para a compra do cartão pré-pago e carregamentos em moeda estrangeira.

Por ocasião da Black Friday a Unicâmbio aceitou o desafio lançado pelo programa TAP Miles&Go, que se traduziu numa oferta de 1000 milhas para novas adesões ao cartão Pré-pago Cash4travel e para clientes do programa TAP Miles&Go.

O cartão pré-pago teve a sua comunicação para o segmento de viagens e lifestyle, com uma aposta nos meios digitais, através do blogger João Cajuda.

Handwritten signature/initials

O campeonato do Mundo de Futebol 2018, na Rússia, foi o mote para o lançamento de uma campanha de divulgação de venda de Rublos nos balcões da Unicâmbio, mas também através do website.

Todo o processo de planeamento, criação e implementação das ações

relativas ao serviço de Transferências de Dinheiro é feito em conjunto com a Western Union.

Assim, em conjugação com a Western Union foram desenvolvidas ações de divulgação do novo serviço Air, uma APP da Western Union, bem como ações de street marketing junto de balcões selecionados, e ações de apoio a novos preçários para corredores asiáticos.



Associado ao produto, Western Union, o departamento de Comunicação, criou uma campanha: "Ganhe Viagens de Sonho". Esta foi a assinatura da nova ação da Unicâmbio que decorreu entre 1 de setembro e 31 de dezembro. A iniciativa deu a oportunidade dos nossos clientes de ganharem em cada mês, um voucher, de viagem no valor de 1.000,00€.

A Unicâmbio tem sido assessorada nos últimos anos por uma prestigiada agência de comunicação resultando que manteve, em 2018, a sua presença nos *media* em momentos importantes para a empresa, em particular a propósito da Conferência de Outono, que marca o seu aniversário e que se

realizou pelo segundo ano consecutivo.

As notícias geradas no ano que termina foram relevantes para o posicionamento, prestígio e aumento da visibilidade da marca. Além da presença no online, que atualmente domina largamente o que é publicado pelos órgãos de comunicação social, e de algumas notícias impressas, houve um posicionamento importante da Unicâmbio em termos de rádios de referência, com uma entrevista na TSF e outra de âmbito regional, na Antena 1 Madeira, a propósito da renovação de um dos balcões do Funchal.

A destacar também as notícias geradas a propósito do aumento da venda de rublos, em antecipação do Campeonato Mundial de Futebol na Rússia, que levaram a Unicâmbio a chegar, inclusivamente, aos meios desportivos.

Além de ter sido notícia em meios generalistas, a empresa marcou presença também não só nos jornais económicos e num programa radiofónico de economia, que é o seu 'core', mas também se afirmou nos meios de turismo e viagens, outro dos segmentos que abrange.

REDE DE SUBAGENTES WESTERN UNION

Em 2018, verificou-se um crescimento assinalável do volume de operações e consequente rentabilidade na Rede de Subagentes da Unicâmbio. Depois de em 2017 ter havido um forte investimento na consolidação dos processos e procedimentos que regulam este negócio e no crescimento da Rede, o ano de 2018 centrou-se na dinamização comercial da Rede existente, sem naturalmente descurar o crescimento da sua capilaridade.

Neste contexto, o número de pontos de venda de subagentes em todo o país cresceu mais de 30%, tendo-se continuado a dar prioridade à identificação e operacionalização de pontos de venda fora de Lisboa e Porto e afastados de áreas já cobertas pela Rede própria da Unicâmbio. Na vertente do volume de operações foi possível alcançar um crescimento na ordem dos 140%, o que aponta para rácios muito favoráveis ao nível da rentabilidade.

Os resultados alcançados representam não apenas um esforço muito significativo de toda a estrutura da Unicâmbio no sentido de conciliar as atividades relativas a este negócio com as que diariamente já possuía para a Rede Unicâmbio, mas em primeiro lugar uma atitude de redobrado rigor e exigência face à diversidade de pessoas, culturas, hábitos e atitudes que foi necessário homogeneizar e sincronizar para que o resultado atingido fosse o pretendido. Naturalmente, trata-se de uma tarefa permanente que exige de todos uma forte concentração na formação, no controlo e numa atitude construtiva e de atenção à multiculturalidade de todos os que constituem esta Rede.



ESTRUTURA DE COORDENADORES E GERENTES

De modo a dar uma resposta adequada às crescentes necessidades de acompanhamento, controlo e formação técnica e de atendimento dos colaboradores que operam nas Lojas, fruto da maior complexidade dos produtos e do imperativo de rigor e de qualidade que se pretende

garantir em todas as situações, foi dada continuidade ao processo de aumento do número de Coordenadores e Gerentes da Rede, já verificado em 2017.

Os resultados obtidos demonstram a justeza da decisão, tendo-se constatado que a mesma constituiu fator dinamizador e facilitador da prossecução dos objetivos comerciais e formativos definidos para cada um dos Coordenadores e Gerentes, a satisfação dos colaboradores manteve igualmente a sua trajetória ascendente.

COMPLIANCE

Procura desenvolver uma cultura de cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as relativas a PBC/FT, normas e usos profissionais e deontológicos, regras internas e estatutárias, regras de conduta e de relacionamento com clientes e fornecedores.

As atividades da Área de Compliance têm visado uma atuação transversal a toda a organização, nomeadamente quanto ao regime de PBC/FT, mantendo-se autónoma e independente, face às demais áreas funcionais, coadjuvando o Órgão de Administração na avaliação dos riscos inerentes.

Procura-se sempre a salvaguarda da confiança na instituição pelos seus *stakeholders*, seus colaboradores, por parte dos clientes, parceiros, entidade reguladoras e de supervisão, preservando o nível reputacional, garante da continuidade da atividade de qualquer instituição.

O período de reporte foi marcado pela interação com diversas áreas da Organização, procurando alcançar os diversos desafios nascidos dos distintos movimentos legais e regulamentares, numa ótica de harmonização dos impactos cruzados e interdependentes resultantes destas medidas.

No âmbito dos sistemas de informação, foi iniciada uma avaliação de impacto dos novos requisitos da Diretiva (UE) 2015/2366, sobre os serviços de pagamentos no mercado interno (PSD2), quer no âmbito dos serviços já prestados, quer numa perspetiva de futuros serviços e produtos a desenvolver. Em resultado da Lei 83/2017 de 18 de agosto sobre a PBC/FT e da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), foram realizados trabalhos de levantamento de necessidades técnicas e acompanhamento de implementação no novo sistema informático da Unicâmbio o Trader.

Ao nível das operações e Rede foram emitidas recomendações para a implementação e adaptação de processos internos, igualmente no âmbito dos regimes de PBC/FT e RGPD, e a atualização de normativos internos que instituem as políticas internas nestas matérias. Procurou-se um equilíbrio entre a proteção dos direitos, liberdades e

garantias dos titulares dos dados pessoas e as exigências legais e regulamentares que visam *in fine* a prossecução do interesse público.

Prosseguimos com o investimento a nível da formação do capital humano, dado o estabelecimento dos novos processos acima relatados. É convicção da instituição que é nesta área da Organização onde está o suporte à mudança de mentalidade e abertura para o crescimento sustentado nas melhores práticas e culto por uma ética profissional para o cumprimento dos deveres enquanto *players* no mercado em que nos inserimos e em sociedade.

No plano da internacionalização mantivemos uma abordagem orientada para a monitorização da atividade em territórios em que estamos a operar e, perspetivação de novas áreas geográficas seguindo o plano delineado pelo Órgão de Administração da Unicâmbio, no âmbito da missão e responsabilidade da Área de Compliance.

No contato com Clientes, Entidades Reguladoras, Entidades Judiciárias e Policiais, a Unicâmbio mantém uma relação transparente e efetiva, mantendo os níveis de celeridade e eficácia e colaboração com estas entidades.

SISTEMAS E OPERAÇÃO

Projeto Trader – Nova solução informática global

A passagem do ano de 2018 possuiu como aditivo a conclusão do Projeto Trader e o consequente arranque bem sucedido da utilização desta ferramenta por parte de todas as Unidades e Rede da Unicâmbio.

Este arranque sinaliza positivamente o concluir da primeira e mais importante fase da disponibilização da solução core do negócio da Unicâmbio e, consequentemente, a finalização de um projeto complexo e que exigiu um esforço prolongado de cada uma das áreas da Unicâmbio. O Trader representou igualmente um esforço financeiro muito significativo, o qual será recuperado não apenas através da flexibilidade e simplicidade da construção de soluções ajustadas às necessidades de negócio, operacionais e de controlo essenciais à capacidade de resposta num mercado vivo e dinâmico, mas também de ganhos muito significativos em termos de eficiência e de produtividade.

Melhoria dos Sistemas Informáticos

O ano a que se refere o presente relatório foi de grande investimento com particular enfoque em duas grandes áreas:

- Infraestrutura / arquitetura do sistema e do conjunto de aplicações que neles operam
- Apoio ao Projeto Trader em todas as suas vertentes com particular relevo para o processo de migração.



No que diz respeito ao primeiro aspeto, foi feito um forte investimento na melhoria dos processos de virtualização aplicacional e de preparação da solução de *disaster recovery*, tendo em vista o fortalecimento da capacidade de resposta a eventuais incidentes e, consequentemente, a existência de garantias de que os processos de negócio são adequadamente suportados. Naturalmente, foi ainda dada particular atenção às soluções que aumentem os níveis de segurança de acesso e de utilização dos diversos sistemas, aplicações e respetivas bases de dados, numa perspetiva de melhoria contínua e de permanente robustecimento das medidas implementadas por força do RGPD e demais regulamentação e de preparação para os desafios e ameaças crescentes no contexto das TI e que, como é do conhecimento público, estão em constante evolução apresentando novos e maiores desafios às empresas a uma escala global.

Relativamente ao Projeto Trader, verificou-se um fortíssimo investimento em recursos de modo a garantir a preparação do processo final de migração e consequente arranque da solução em janeiro de 2019.

PARCERIAS

Ao longo da última década a Unicâmbio tem promovido de forma mais ativa o estabelecimento de parcerias comerciais e institucionais.

Destacamos o setor hoteleiro, no qual não só continuámos a firmar novos protocolos no ano de 2018, mas também a dinamizar a atividade dos câmbios com parceiros estratégicos, em particular com os mais representativos do setor. Iniciativas como formação, sistema de incentivos e melhoria de visibilidade do serviço contribuíram para o crescimento do negócio dos câmbios, reforçando o interesse e confiança destes parceiros na Unicâmbio.

Outra aposta da empresa no estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais, tem passado por entidades que operam no setor financeiro, nomeadamente agências de câmbios e bancos. O posicionamento da Unicâmbio como um dos líderes do setor e o significativo volume de moeda estrangeira com que opera, permite apoiar a gestão de tesouraria dessas entidades através de serviços customizados, mediante as necessidades dos nossos parceiros.

Finalmente, importa sublinhar a participação da Unicâmbio junto das associações com as quais tem relação institucional. Em 2018, a empresa recebeu uma condecoração da Câmara de Comércio Luso-Britânica no âmbito da celebração do 5º ano como associada. A Unicâmbio também continuou a ter um papel participativo junto da Associação das Empresas Familiares. Continuamos a entender que estas associações congregam diversas empresas e público que são do interesse da Unicâmbio e, como tal, ajudam a promover a notoriedade da empresa.

PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

A Unicâmbio possui dois prédios no seu ativo. Um localizado na Rua Sá da Bandeira, no Porto e outro em Lisboa na Praça da Figueira. No rés do chão de ambos estão os balcões da Unicâmbio, tendo o processo de aquisição ocorrido em, respetivamente, 2010 e 2005.

Entendeu a Unicâmbio, em 2018, realizar profundas obras de renovação e reabilitação, nos dois imóveis. No do Porto as obras ficaram concluídas no decurso do ano e consistiram no aproveitamento dos andares devolutos, valorizando o espaço do balcão da Unicâmbio, também, ele, objeto de renovação há três anos.

Na Praça da Figueira por se tratar de um edifício pombalino e de referência no quadro dos balcões da rede Unicâmbio, decidiu-se elaborar um projeto global, contemplando o balcão propriamente dito, a reabilitação dos 5 andares e infraestruturas gerais e a substituição dos azulejos das três frentes do prédio, de acordo com o plano de fachadas existentes para a Praça da Figueira.

Uma vez obtidos os licenciamentos a obra deve ter início em 2019.

No conjunto são investimentos muito significativos e que ultrapassarão os dois milhões de euros.

NOVOS BALCÕES E RENOVAÇÃO DE BALCÕES EXISTENTES

A rede de balcões Unicâmbio, permaneceu praticamente inalterada em 2018, apenas havendo a referir a abertura de um balcão no El Corte Inglés de Vila Nova de Gaia.



Com o objetivo de harmonizar a imagem e a funcionalidade dos balcões procedeu-se à renovação do Cais do Sodré, Braga, Amadora II, Leiria, Coimbra, Cacém, Oeiras e Madeira – S. Francisco, num investimento total de 300.000,00€.

Registe-se, igualmente a profunda alteração verificada no quiosque da Sala de Recolha de Bagagens do Aeroporto de Lisboa o qual passou a loja própria, com melhorias muito significativas na funcionalidade e qualidade do atendimento. O novo espaço tem inovações importante no sistema de comunicação com os clientes e dispõe de duas ATM's.



NOVA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA UNICÂMBIO

No sentido de responder ao processo de crescimento da Unicâmbio, bem visível no número de balcões e de negócios, no aprofundamento e aumento dos produtos tradicionais e de novos produtos, na intensificação do processo de internacionalização e na preparação e formação das equipas que o irá materializar, bem assim como responder às exigências de qualidade de serviço e de acolhimento dos novos normativos do Regulador e de outras entidades, ficou definida no decurso de 2019 a nova estrutura organizativa da Unicâmbio.

O objetivo consiste em alcançar maiores níveis de eficiência através da especialização de funções, para além de dotar a empresa de uma estrutura capaz de enfrentar todos os desafios da atividade e do processo de internacionalização.

Fazem parte da estrutura organizativa os conceitos de Centro Corporativo, Unidades de Negócio, Unidades de Serviço e Unidades de Desenvolvimento, enquanto enquadreadores das diferentes áreas funcionais.

Na estrutura organizativa, destacam-se as novas direções de Recursos Humanos, Desenvolvimento Internacional, Tecnologia e Inovação (compreendendo os Sistemas e Operações), Rede e Infraestruturas.

A direção de Comunicação e Marketing, deu lugar às novas direções de Marketing e Comunicação e Marca.

Sempre que possível procurou-se preencher os lugares de direção com recurso a colaboradores da empresa. Nas direções de Marketing, Sistemas e Operações e Recursos Humanos, houve necessidade de fazer admissões, através de um processo de seleção, em parte, conduzido pela recém criada direção de Recursos Humanos.

RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

A Unicâmbio tem vindo a adaptar e a reajustar a sua estrutura organizacional aos novos desafios que se cruzam no seu caminho, por forma a fazer face, quer às exigências do mercado, quer às suas necessidades internas. É neste contexto que a Administração da Unicâmbio identificou a necessidade de criar, em abril/2018, um Departamento de Recursos Humanos. O Departamento de Recursos Humanos tem como principal papel articular as motivações individuais, os desempenhos coletivos e a estratégia do desenvolvimento do negócio da Unicâmbio, em conjunto com as demais áreas funcionais, levando a uma gestão estratégica de Recursos Humanos preventiva e não reativa.

Em termos de áreas principais de atuação, salientamos:

1. Recrutamento & Seleção
2. Gestão Administrativa de Recursos Humanos e Processamento de Salários
3. Desenvolvimento de Recursos Humanos e Retenção de Talentos

A Unicâmbio é uma organização que acredita que o sucesso a longo prazo e o seu crescimento sustentável, depende do desempenho dos seus colaboradores. São as pessoas o motor para o desenvolvimento de qualquer atividade em qualquer setor. Nesse sentido, aposta na Formação Profissional.



Em 2018, para além das Ações de Formação internas em matéria de Compliance, Operações, Segurança e as obrigatórias por Lei devido ao campo de atuação da Unicâmbio, o DRH desenvolveu uma ação de formação bastante completa, para os Quadros da Organização, onde o foco principal incidiu sobre 2 áreas, ou seja, Liderança e Comunicação, uma vez que são competências cada vez mais determinantes na condução e orientação

eficaz de equipas e de desenvolvimento de competências internas para fazer face aos vários desafios, entre eles, o da internacionalização.

A Unicâmbio proporcionou, ainda, uma ação de formação aos seus colaboradores relevantes em matéria de Prevenção do Branqueamento e do Financiamento do Terrorismo, ministrado pelo Instituto de Formação Bancária.

INTERNACIONALIZAÇÃO

O ano de 2018 ficou marcado por acontecimentos muito positivos no quadro da estratégia definida pelo Conselho de Administração.

A atividade da nossa participada Unitransfer fechou o ano com um resultado de 91.328.424,57 Kwanzas, equivalente a 307.518,46 euros, traduzindo-se nas contas da Unicâmbio o valor de 150.684,05 euros. Valores Inferiores ao ano transato, mas mesmo assim, interessantes, face à difícil situação económica e financeira por que Angola continua a passar e aos constrangimentos decorrentes da indisponibilidade de divisas por parte do BNA, para câmbios e remessas.

Outro aspeto positivo foi o facto da Unicâmbio ter ganho um Concurso Internacional no Aeroporto de Casablanca, na extensão do Terminal 1, recentemente inaugurado, para instalação de um balcão de câmbios.

No decurso do ano foi constituída uma sociedade de direito marroquino, a Unicâmbio, SARL, AU, detida a 100%, pela Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA.

Handwritten signature/initials

Houve que aguardar pela inauguração do Aeroporto para se iniciarem os trabalhos de instalação do balcão, e contratação de colaboradores e respetivo processo de formação.

Após confirmação da licença de operador de câmbios pela entidade reguladora, a atividade terá início ainda, durante o primeiro trimestre de 2019.

Refira-se, a propósito, que todo o *staf* é de nacionalidade marroquina, incluindo o *country manager*. No total são cinco funcionários, uma vez que o balcão funciona, entre as 06h e as 22h.



Aeroporto de Casablanca

Marrocos apresenta um apreciável potencial para o projeto de internacionalização da Unicâmbio, estando em curso a avaliação de novas oportunidades neste território.

Em resultado da experiência e do *know how* já adquiridos pela Unicâmbio, aproveitou-se a oportunidade para concorrer a concursos em aeroportos internacionais de dimensão semelhante ou inferior ao aeroporto de Lisboa.

Participámos, ainda, no evento anual da ACI (Airoports Council International) que teve lugar em Israel, sendo que estes encontros são importantes para o estabelecimento de contactos institucionais com vários aeroportos internacionais.

A Unicâmbio, Ltd, detida a 100% pela Unicâmbio, está licenciada para o exercício da atividade, continuando a decorrer análises de mercado e contactos institucionais com a Western Union, devendo a decisão final ser tomada durante o 2º semestre de 2019.

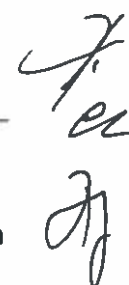
5. Evolução Económica

Os constrangimentos referidos em pontos anteriores deste relatório, particularmente aqueles que resultaram das dificuldades evidenciadas pela economia angolana nestes últimos anos e os associados à diminuição do fluxo turístico e do poder de compra dos britânicos, iniciada logo após a maioria daqueles cidadãos que votaram em referendo ter optado pelo brexit, contribuíram para que o desempenho económico da UNICÂMBIO durante o exercício de 2018 tenha ficado aquém do conseguido no ano anterior.

Tais perturbações foram transversais a todo o sector, tendo o impacto sobre a nossa Instituição sido atenuado pelos resultados do forte investimento efetuado nos últimos anos nas áreas da inovação e da diversificação dos negócios e, acima de tudo, pelo reforço da imagem de solidez e credibilidade que vimos consolidando junto do mercado e dos nossos parceiros. No caso destes últimos, destaca-se o aprofundamento do relacionamento estabelecido com a Western Union, materializado na atribuição da exclusividade dos seus serviços no segmento das Agências de Câmbios e Instituições de Pagamento, permitindo manter a UNICÂMBIO como referência na atividade de Pagamentos e cimentar a sua posição de maior agente em Portugal.

Relativamente aos proveitos obtidos no exercício em análise, começamos por referir o sucesso da parceria com a Western Union, acabada de mencionar, que incluiu a significativa extensão da rede de subagentes ao longo do território nacional, com particular incidência nas regiões onde existem maiores comunidades imigrantes. Este complemento da nossa atividade de envios e pagamentos contribuiu bastante para que, num exercício caracterizado por múltiplos constrangimentos colocados à referida atividade, tenhamos conseguido aumentar o montante das comissões totais recebidas. As maiores consequências das dificuldades referidas no início deste ponto, com impacto nas receitas da UNICÂMBIO, foram sentidas nos ganhos em operações cambiais. Os proveitos em questão registaram um decréscimo de 13% no seu montante global, de 10,0 milhões de euros em 2017 para 8,7 milhões em 2018, o qual foi sentido com idêntica intensidade nas suas diferentes origens – as operações cambiais efetuadas aos nossos balcões, nas ATM's e através dos cartões pré-pagos. Ainda assim, continuam a constituir a principal fonte de receitas da Empresa.

Os restantes proveitos atingiram 607,6 milhares de euros (4,3% do total). As suas principais componentes são a reposição de parte de uma provisão constituída no exercício anterior e que, na fase atual do processo, pareceu razoável reduzir para metade (154.050 euros) o risco que cobre e a apropriação de resultados positivos, no



montante de 150.684 euros, relativos à aplicação do método da equivalência patrimonial à participação detida pela UNICÂMBIO na sua associada UNITRANSFER, com sede em Luanda.

No que respeita aos gastos suportados, no período em análise não ocorreram variações relevantes na respetiva estrutura, permanecendo como mais representativos os relativos aos fornecimentos e serviços de terceiros, ao pessoal e às depreciações do exercício. Com efeito, para um montante global de cerca de 12,4 milhões de euros, os gastos gerais administrativos ascenderam a cerca de 6 milhões (48,7%), os custos com pessoal atingiram 4,7 milhões (38%), as depreciações do exercício cerca de 614 milhares (5%) e as comissões pagas cerca de 552 milhares (4,5%). No seu conjunto, estas quatro rubricas de gastos representam, portanto, mais de 96% do total. Os encargos financeiros mantiveram a tendência decrescente verificada nos últimos anos, assumindo uma percentagem pouco expressiva no total dos gastos (0,2%) e refletindo o reduzido recurso a financiamento bancário.

Em consequência da evolução dos proveitos e dos custos nos termos que acabamos de descrever, o resultado líquido do período atingiu 1.705.256,31 euros. Embora inferior ao do exercício de 2017, face às condicionantes atrás referidas, não podemos deixar de o considerar um resultado muito positivo.

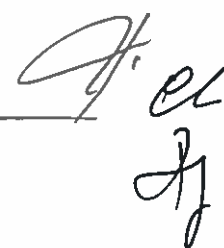
No quadro que se segue, apresentam-se alguns dos principais indicadores que caracterizam o desempenho económico da UNICÂMBIO no decurso do ano findo:

	2017	2018
Produto Bancário	14.875.410 €	13.083.702 €
Resultado Líquido	2.719.738 €	1.705.256 €
Meios Libertos	3.673.668 €	2.318.895 €
EBITDA	3.998.361 €	2.502.779 €
Rendibilidade do Ativo Total	21,05%	12,36%
Rendibilidade do Capital Próprio	34,03%	19,20%

Independentemente da tendência decrescente verificada na generalidade dos indicadores relativos a 2018, os montantes atingidos pelo EBITDA, pelos meios libertos e pelo resultado líquido do período foram bastante significativos, continuando a traduzir bons índices de rendibilidade. Aliás, o resultado líquido obtido em 2018 foi o segundo melhor da vida da Empresa.



Concluindo, diremos que, apesar de menos conseguido que no exercício imediatamente anterior, o desempenho económico da UNICÂMBIO em 2018 foi claramente positivo.



6. Situação Financeira

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da estrutura patrimonial da UNICÂMBIO, através da análise comparativa das principais rubricas dos balanços de 2017 e 2018:

	2017	2018
ACTIVO		
Caixa e outros dep. à ordem	8.602.101 €	8.612.646 €
Ativos financeiros	141.585 €	323.480 €
Propriedades de Investimento	1.006.250 €	1.320.051 €
Ativos fixos tangíveis	1.354.949 €	1.021.760 €
Investim. em filiais e assoc.	692.576 €	674.841 €
Ativos por impostos correntes		326.781 €
Outros activos	1.121.251 €	1.520.936 €
TOTAL	12.918.713 €	13.800.495 €
PASSIVO		
Passivos financeiros	1.807.095 €	2.241.909 €
Provisões	308.100 €	154.050 €
Passivos por impostos correntes	328.750 €	133.490 €
Outros passivos	2.482.833 €	2.389.478 €
TOTAL	4.926.778 €	4.918.927 €
CAPITAL		
Capital realizado	1.000.000 €	1.000.000 €
Rubricas não reclassif. em result.	-283.593 €	-599.216 €
Lucros Retidos	2.310.383 €	3.258.121 €
Outras Reservas	2.245.406 €	3.517.406 €
Resultado do exercício	2.719.738 €	1.705.256 €
TOTAL	7.991.934 €	8.881.568 €
TOTAL PASSIVO + CAPITAL	12.918.713 €	13.800.495 €

Salienta-se, desde logo, o reforço da solidez da referida estrutura, verificado em 2018 e materializado no aumento de 881.782 euros no total do ativo, em simultâneo com a redução do total do passivo em 7.851 euros.

A UNICÂMBIO manteve o ritmo de investimento dos últimos anos, incluindo, desta vez, importante valorização das suas propriedades de investimento e dos seus ativos financeiros, sem afetar minimamente os elevados níveis de liquidez. Estes, em conjunto com os também elevados valores dos rácios de solvabilidade e autonomia financeira, constituem imagem de marca da Empresa e demonstração da sua solidez financeira e inerente capacidade de solvência dos compromissos assumidos perante terceiros.

O investimento efetuado em 2018 ascendeu a 794.251 euros, repartido por ativos financeiros (200.000 euros), obras em imóveis arrendados (87.634 euros), equipamentos (283.307 euros) e investimentos em curso, essencialmente em propriedades de investimento (223.310 euros).

À semelhança dos anos anteriores, o financiamento dos investimentos realizados foi assegurado pelos meios libertos pela atividade da própria UNICÂMBIO.

Os fundos próprios da nossa Empresa, medidos na aceção do Banco de Portugal, continuam a ser reforçados ano após ano. Em 31 de Dezembro de 2018 atingiam 7.176.311,45 euros.

Resumindo, diremos que a UNICÂMBIO usufrui de uma situação financeira bastante sólida, a qual tem beneficiado da incorporação nos seus capitais próprios de grande parte dos meios libertos de forma orgânica, fruto da moderação da política de distribuição de resultados que vimos adotando. Por outro lado, a excelência do relacionamento que vimos mantendo com as diferentes instituições de crédito nossas parceiras tem contribuído para a pronta obtenção do respetivo apoio, sempre que dele necessitamos.



7. Sustentabilidade e Responsabilidade Social

O nosso compromisso com a sustentabilidade implica a integração de critérios éticos, sociais e ambientais, tanto na estratégia e no modelo empresarial como nas políticas e processos internos.

Procuramos crescer de forma sustentável, investindo em parcerias estratégicas que nos possibilitem garantir esse equilíbrio.

Acreditamos que uma empresa sustentável é aquela que desenvolve a sua atividade tendo em conta o impacto da sua operação nas diversas esferas de influência – desde a comunidade aos colaboradores, passando pelo ambiente. A ideia é potenciar os impactos positivos e minimizar os negativos.

A Unicâmbio tem, ao longo dos anos implementado medidas, como instalação de um sistema de gestão das impressoras para poupar na tinta e papel; reciclagem do lixo; colocação de iluminação led, reduzindo assim custos com a energia elétrica, mas também, promovendo mais qualidade na iluminação, bem como a eliminação dos copos de plástico no edifício da sede, promovendo o uso de copos de vidro.

Na vertente da responsabilidade social, a Unicâmbio tem vindo a materializar práticas socialmente responsáveis, que se destinam numa primeira instância, aos seus colaboradores.

É possível identificar um conjunto de políticas de gestão de recurso humanos, potenciadores do bem-estar e, consequentemente, do reforço da competitividade da Unicâmbio e do desenvolvimento social.

Estas políticas são:

1. Práticas remuneratórias justas e transparentes, complementadas com um sistema de incentivos que premeiam o bom desempenho;
2. Existência de práticas de recrutamento responsáveis, não discriminatórias e atentas à igualdade de oportunidades e à diversidade;
3. Criação de condições que permitam um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a componente familiar de cada colaborador;
4. Preocupação quanto à segurança nos postos de trabalho.

Sendo a sua tradução, bem expressa na responsabilidade perante os nossos 250 trabalhadores, com a definição de políticas salariais justas, de formação tanto no plano profissional como no plano social, de transparência, de diálogo, de partilha e de participação de todos na definição dos destinos da Unicâmbio.

Menção, ainda, para as políticas de proteção ao consumidor, com ações de sensibilização aos colaboradores no sentido de prevenção de fraudes ao consumidor.

Todos os anos, uma parte considerável dos resultados, é convertida numa gratificação de balanço que desejamos sempre atribuir à grande maioria dos nossos colaboradores e diretamente relacionada com a avaliação de desempenho. Sempre procuramos valorizar o enorme capital humano da Unicâmbio, seguindo uma política de progressão profissional premiando os mais competentes e os mais empenhados no futuro da Unicâmbio. A referida gratificação de balanço atinge no presente exercício o valor de 600.000,00 euros, procurando obter um justo equilíbrio entre a remuneração do trabalho e os interesses do corpo acionista da Unicâmbio.

O crescimento dentro da empresa é muito valorizado, e temos vários casos de colaboradores que iniciaram as suas funções como Caixa e atualmente ocupam lugares de direção.

A Unicâmbio disponibiliza aos funcionários efetivos um seguro de saúde e outro de vida.

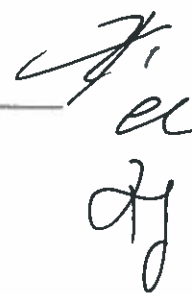
Nesta área dos seguros damos a possibilidade aos colaboradores e sua família acederem a planos com condições exclusivas, permitindo o acesso a serviços personalizados, a preços mais competitivos e a coberturas de risco alargadas face aos produtos standard do mercado.

Ainda no âmbito da responsabilidade social destacamos o relacionamento com o fundo Blue Crow.

A sociedade de capital de risco BlueCrow é um organismo de interesse público regulado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM"), fundada com os objetivos de bancarizar o empreendedorismo português, promover o ecossistema nacional da inovação e desenvolver talento. No contexto da sua atividade, a BlueCrow lançou, em 2018, o seu segundo fundo de capital de risco (doravante, "o Fundo"), aprovado para estar alinhado com os objetivos da sociedade e com uma maturidade de 5 anos.

A Unicâmbio, ciente da importância do investimento em I&D de base portuguesa, e empenhada em participar ativamente neste ecossistema de inovação, decidiu investir financeiramente no Fundo, subscrevendo quatro unidades de participação, com um montante global de 200.000 Euros. O Fundo terá que investir, obrigatoriamente, em participações no capital de sociedades cuja idoneidade em matéria de I&D seja reconhecida pela Agência Nacional de Inovação.

Neste sentido, e para além dos benefícios de natureza fiscal decorrentes do investimento no Fundo, a Unicâmbio espera contribuir positivamente para o empreendedorismo nacional, através desta participação num Fundo de Capital de Risco que aposta exclusivamente no talento nacional.



8. Perspetivas para 2019

Como tem sido habitual nos últimos tempos, começámos 2019, com um quadro de incerteza global, de natureza política, económica, financeira e social.

O abrandamento do crescimento económico mundial e dos movimentos turísticos, as guerras comerciais e cambiais, as inflexões e o abrandamento do Brexit e a insegurança como sentimento coletivo, aumentaram a já habitual incerteza e refletem-se na nossa atividade, seja nas transferências de dinheiro ou nos câmbios.

Outros produtos como as ATM's, enfrentam uma concorrência cada vez mais ativa, a nível nacional e internacional e uma ação regulatória comunitária, que conduzirão inevitavelmente a uma redução das margens operativas.

Para os produtos do nosso core business, iremos nuns casos assistir, a um abrandamento dos crescimentos anteriormente verificados, em outros a uma estabilização ou mesmo decréscimo.

O nosso crescimento encontra-se limitado, também, pela dimensão do mercado e pelas alterações no mercado tecnológico e digital.

MERCADO DE CÂMBIOS

Para 2019, existem dois importantes temas a destacar: reforço dos meios de pagamentos alternativos e o Brexit. No que concerne ao primeiro tópico, iremos procurar continuamente formas de ir ao encontro das expectativas dos clientes e responder da melhor forma com os meios mais adequados com o melhor nível de serviço.

No que diz respeito ao Brexit podemos, por agora pensar que haverá uma desvalorização da Libra face ao Euro, o abrandamento do crescimento do económico na generalidade dos estados membros, a redução do poder de compra dos britânicos, restrições à livre circulação de pessoas e bens e a deslocalização de empresas para outros países.

São esperadas consequências a nível global, abrangendo também o mercado do turismo, causando, portanto, grande impacto nas contas da atividade cambial da Unicâmbio, como aliás tem vindo a acontecer já nos últimos anos.

TRANSFERÊNCIAS DE DINHEIRO

Tendo em conta os ainda crescentes níveis de migração a expectativa é a de crescer ainda que ligeiramente neste negócio com um serviço que procuraremos que seja sempre de excelência e de referência para os nossos clientes. Sabemos que os níveis

de investimento público e o nível de (des)emprego impacta diretamente o negócio das transferências de dinheiro e infelizmente as perspectivas são ainda pouco animadoras nesta matéria.

Também a atividade do nosso agente em Angola, Unitransfer, deverá dar um contributo interessante para o volume de negócio, apesar das ainda existentes restrições derivadas da situação em que o país se encontra.

CARTÃO PRÉ-PAGO MULTIDIVISAS

Com base nas análises efetuadas, este será um ano marcado pela mudança de imagem do cartão pré-pago com uma forte campanha de comunicação que irá de encontro ao feedback dos nossos clientes sempre com a perspetiva de fazer mais e melhor.

No próximo ano, iremos ainda introduzir no cartão o chip *contactless*, uma vez mais a pensar no nosso cliente e na procura de uma ainda maior conveniência na utilização do cartão por todo o mundo.

São aspetos importantes e que por certo terão efeitos positivos na conta de exploração da empresa.

Para fazer face aos novos desafios a intervenção ao longo de 2019, será direcionada através de diferentes vetores:

- Ação em Portugal;
- Processo de Internacionalização;
- Novos Produtos;
- Processo de Transformação Digital.

No que concerne ao primeiro vetor, poderão ser consideradas aberturas cirúrgicas de balcões em algumas capitais de distrito onde a Unicâmbio ainda não está presente e em nichos de mercado relacionados com verdadeiras oportunidades em câmbio manual e, ou transferências de dinheiro.

Ao mesmo tempo ficará completo o processo de renovação de imagem e de harmonização dos balcões e poderão ser encerrados aqueles que não apresentem níveis de rentabilidade compatíveis com os padrões da Unicâmbio.

A nossa experiência muito positiva ao nível do turismo de compras nos casos das localizações no Freeport de Alcochete e El Corte Inglés de Lisboa e Gaia, será ampliada com a abertura de um balcão no Vila do Conde Outlet a ter lugar durante o 2º trimestre do próximo ano.

Para continuar a alavancar o crescimento das vendas, novas moedas serão adicionadas ao cabaz atual, logo no início do ano. Com a libra egípcia, a coroa islandesa, o franco



francês da África ocidental e a grivínia da Ucrânia, passaremos a transacionar 54 moedas.

Com o funcionamento das recém-criadas Tesourarias da Zona Norte e do Algarve, passamos a garantir um stock efetivo de todas as moedas transacionadas e o tempo máximo de serviço de 48 horas, como resposta às encomendas de clientes, em qualquer ponto da rede.

Continuaremos, igualmente, com a constante monitorização dos serviços de encomendas online, enquanto elemento diferenciador e peça fundamental da imagem Unicâmbio. Também ao nível dos negócios com empresas deverá ser aumentada a performance já conseguida.

Também a rede de subagentes Western Union, será aumentada no sentido de se conseguir uma adequada cobertura em áreas não abrangidas pelos balcões Unicâmbio. Quanto ao desenvolvimento do processo de internacionalização, uma vez concretizada a abertura do balcão da Unicâmbio no Aeroporto de Casablanca, em Marrocos, o que deverá acontecer até final de março de próximo ano, serão dinamizadas as conversações tendentes a possíveis localizações em plataformas de transporte, incluindo aeroportos e, igualmente, em Centros Comerciais.

Acredita-se que Marrocos pode ser um adequado ponto de partida para a nossa localização em África.

Continuarão os estudos com vista à verificação da possibilidade de implantação em países de língua portuguesa, como Cabo Verde, já em fase adiantada, e Moçambique. Prevê-se, igualmente, que durante o ano de 2019 a Unicâmbio se apresente a concurso até quatro aeroportos internacionais, já devidamente sinalizados.

Ao nível dos novos produtos e no âmbito de uma parceria estabelecida com uma grande empresa mundial, líder de mercado em vários países, a Unicâmbio prepara-se para no decurso do próximo ano, apresentar ao mercado uma solução para liquidação de pagamentos com cartões de crédito, débito e pré-pagos em moeda estrangeira.

Preocupação permanente da Unicâmbio é o designado processo de transformação digital e a necessidade de lançamento de produtos com ele relacionados.

O ano de 2018 continuou a apresentar uma elevada dinâmica na digitalização do Setor de Pagamentos, nomeadamente em matéria de *Mobile Money*. De acordo com o último reporte da GSMA, existem, atualmente, mais de 860 milhões de contas de *Mobile Money* ativas, o que representa um aumento de 20% face a 2017.

A atratividade do canal *Mobile* é cada vez mais evidente, sendo a sua conveniência e acessibilidade fatores-chave, não só para a sua progressiva adaptação por substituição dos canais tradicionais, mas também por aquisição de novos consumidores, excluídos

do setor financeiro tradicional. A existência de mais de 270 operadores de *Mobile Money* em mais de 90 Países é disso prova relevante, o que contribui para a geração duma nova indústria que movimentou, em 2018, 1.3 Biliões de USD por dia, com movimentos médios mensais, por cliente ativo, de 206 USD.

A Unicâmbio iniciou em 2017 uma parceria com uma empresa tecnológica no sentido de materializar, no curto-prazo, uma solução *Mobile* para os nossos clientes e de âmbito geográfico alargado. Face a alguns desafios que a introdução do novo aplicativo core, Trader, apresentou durante 2018, não foi possível lançar a versão inicial da solução preconizada e cujo protótipo se encontra preparado, e que deverá vir a acontecer no 3º trimestre do próximo ano.

Esperamos, em 2019, iniciar a materialização da Unicâmbio “na palma da mão”, para que os nossos clientes possam aceder de forma cada vez mais conveniente aos produtos e serviços que disponibilizamos.

Perspetivando aquilo que deverá acontecer ao nível de algumas das Unidades da estrutura organizacional, referimos que os Sistemas e Operações após uma alteração na liderança do departamento onde, para além da continuidade do excelente trabalho entregue em 2018, pretende-se incluir melhorias quer ao nível do aumento da produtividade quer ao nível de serviço prestado pelo departamento, colmatando com soluções de negócio que permitam alavancar a sua eficiência e eficácia.

Em particular no Projeto Trader teremos como foco, a melhoria continua do sistema core da Unicâmbio (Trader), permitindo quer a estabilização quer a promoção do negócio, através da implantação da 2ª. fase, consolidação de operações e melhorias na “user-experience”.

Em outra vertente assistiremos a melhorias processuais e de arquitetura de sistemas, destacando-se, entre outros, a conclusão da implementação de um plano de continuidade de negócio, no contexto de “disaster recovery” para sistema core de suporte ao negócio da Unicâmbio.

No que se relaciona com o Compliance, assistiremos à consolidação e estabilização dos novos processos e mecanismos implantados, no âmbito dos novos requisitos dos diplomas legais e regulamentares subjacentes à PSD2, RGPD e PBC/Ft., ao reforço e planificação de novas ações de formação, em matérias essenciais ao desenvolvimento do capital humano.

Temos ainda o enfoque no plano de internacionalização, aos novos territórios para expansão da operação, em especial Marrocos, e demais territórios em análise pelo Órgão de Administração.

Para o ano de 2019, desejamos que seja possível intensificar o esforço de formação aos nossos colaboradores.



Em linha com o último ano, será dada continuidade à formação com recurso a meios internos e externos, em áreas como a Prevenção do Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo, Procedimentos Internos, Gestão de Reclamações, Liderança e Atendimento Comercial.

Considerando tudo o que já se referiu sobre a previsível evolução dos negócios da Unicâmbio e, tendo em conta, o forte investimento que caracterizou o ano anterior e que se prolongará por 2019, em áreas como a formação dos colaboradores, o novo equipamento informático Trader, a nova estrutura organizativa e a comunicação ao nível dos produtos, da marca e da empresa, desejamos que os resultados líquidos da Unicâmbio se situem entre o melhor e o segundo melhor ano da Unicâmbio, ao longo da sua história de 26 anos.

9. Factos Ocorridos Após o Encerramento do Exercício

Após o encerramento do exercício há a considerar os seguintes factos com relevância na atividade da empresa:

- No dia 1 de janeiro, entrada em funcionamento com sucesso do novo sistema informático da Unicâmbio, o Trader;
- Primeira reunião do Conselho Consultivo no dia 18 de fevereiro. Foi apresentado e discutido o documento “Estratégia 2023”;
- Início da atividade, no dia 24 de março, da Unicâmbio, SARL AU, empresa de direito marroquino, participada a 100% pela Unicâmbio, S.A., com abertura de um balcão no Aeroporto de Casablanca;
- Conforme previsto, no início do ano, foram acrescentadas 4 moedas ao “cabaz” das moedas transacionadas pela Unicâmbio;



10. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de €1.705.256,31 (um milhão, setecentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis euros e trinta e um cêntimos):

- a) Para reserva legal, €171.000,00 (cento e setenta e um mil euros);
- b) Para reserva especial por lucros retidos e reinvestidos (art.º 32º CFI), €750.000,00 (setecentos e cinquenta mil de euros);
- c) Para distribuição de dividendos, €500.000,00 (quinhentos mil euros);
- d) Para resultados transitados, €284.256,31 (duzentos e oitenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis euros e trinta e um cêntimos).

A distribuição de dividendos atribui um valor de €2,5 por cada ação, de valor nominal de €5,00, o que reflete uma remuneração de 50%, valor muito significativo tendo em conta os lucros retidos e reinvestidos (alínea b)).

E tudo isto, num quadro em que os recursos que permanecem na empresa, sob forma de reforço da reserva legal, reserva especial para lucros retidos e reinvestidos e dos resultados transitados, atingem o montante de €1.205.256,31 (um milhão, duzentos e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis euros e trinta e um cêntimos).

11. Referências

À semelhança de anos anteriores procuramos sempre partilhar aquilo que fizemos durante o ano em apreço e cujo sucesso alcançado, em grande parte, se fica a dever à colaboração, aconselhamento, dedicação e empenhamento de todos os que com a Unicâmbio se relacionaram no ano âmbito do nosso projeto.

Assim, entende o Conselho de Administração fazer as seguintes referências:

1. Em primeiro lugar aos Colaboradores da Unicâmbio, esta grande equipa, que já ultrapassa o número de 250 e que são responsáveis de primeira linha pelo sucesso que temos alcançado nos últimos anos. O seu empenho, determinação e sentido de responsabilidade, justificam-se na nossa assinatura: Unindo Pessoas.
2. Uma referência, ainda, para os colaboradores do front office, back office e demais elementos da estrutura organizativa, que de uma forma ou de outra, se empenharam na preparação e implementação do projeto informático Trader e que com a sua dedicação e espírito de grupo permitiram a entrada em produção a 1 de janeiro de 2019.
3. Ao Senhor Presidente da Assembleia Geral pela forma eficaz como sempre conduz as nossas Assembleias e pelo seu envolvimento e interesse em tudo o que se relaciona com o acompanhamento e desenvolvimento da empresa.
4. Ao Fiscal Único e Oliveira Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, na pessoa do Dr. Carlos Grenha, pelo trabalho que tem desenvolvido e o seu aconselhamento sempre pronto e eficaz em todas as áreas e atividade da empresa.
5. À empresa Consultores Portugueses de Gestão, Lda. na pessoa do Dr. Luís Caeiro, responsáveis pela Auditoria Interna, pela colaboração desenvolvida e pelos comentários e sugestões que sempre refletem nos seus Relatórios e em reuniões com os diferentes departamentos da Unicâmbio.
6. Ao Órgão Regulador, Banco de Portugal e, em particular aos seus Departamentos de Supervisão Prudencial e Comportamental e de Investigação e Ação Sancionatória pela disponibilidade sempre manifestada para os esclarecimentos e aconselhamento relacionados com a nossa atividade.
7. À ANA – Aeroportos de Portugal, pelo relacionamento que temos mantido desde 2010, consubstanciado na colaboração, cooperação e confiança mútua, e que muito tem contribuído para o desenvolvimento da atividade nos Aeroportos.
8. Ao Banco Central de Cabo Verde e demais instituições financeiras internacionais, pela cooperação que vem mantendo com a Unicâmbio.

9. Aos Bancos com quem a Unicâmbio se vem relacionando comercialmente ao longo dos anos e construindo ano após ano uma relação sólida e de mútuo interesse, como tem sido o caso do Millenniumbcp, Novo Banco, Caixa Geral de Depósitos, Deutsch Bank e Eurobic.
10. À Western Union, com quem iniciámos a parceria em 2002 e que a partir de janeiro de 2014 foi aprofundada com a passagem a agente direto, em regime de exclusividade no segmento das Agências de Câmbios e Instituições de Pagamento, referindo em particular a grande colaboração e interação existente com as equipas de Operações, de Marketing e Compliance Spain & Portugal e das respetivas direções.
11. Também para os nossos parceiros, Lisbon Cruises Terminal (LTC), Jerónimo Martins – Pingo Doce, El Corte Inglés e Sport Lisboa e Benfica, as quais foram aprofundadas durante o decurso do ano.
12. À Prepaid Financial Services pela colaboração, disponibilidade e proximidade da relação estabelecida, contribuindo também, para o sucesso do nosso cartão pré-pago – Cash4travel.
13. À Euronet, pela forma como temos desenvolvido esta área de negócio em Portugal.
14. Às Autoridades Judiciais e, em particular, à PJ, à PGR e ao SEF, pelo relacionamento existente e pelo apoio manifestado em diferentes circunstâncias e, em particular, no quadro da boa execução do dever de colaborar.
15. Aos nossos outros parceiros de negócio, como Subcontratados.
16. À Seguradora Ocidental e Ageas, especialmente ao departamento comercial, pelo apoio sempre demonstrado, particularmente na orientação para os problemas do dia a dia.
17. Ao Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) pelo acolhimento prestado aquando da realização da Conferência de Outono.
18. À ADBD Comunicare, Consultores Associados, agência de comunicação com quem a Unicâmbio trabalha há vários anos, pelo apoio constante e dedicado que sempre nos prestam a par de uma imensa disponibilidade.
19. Aos Grupos Hoteleiros, Pestana e Vila Galé, com quem mantemos há vários anos uma parceria na área de câmbios.
20. À Associação de Empresas Familiares de quem a Unicâmbio é sócia, pela cooperação e participação em iniciativas promovidas por cada uma das partes.
21. À Câmara do Comércio Luso-Britânica, o reconhecimento pelo interesse das ações desenvolvidas junto dos sócios e pela atribuição à Unicâmbio do diploma evocativo dos 5 anos como associado.

22. E uma palavra de grande reconhecimento aos nossos clientes pela sua fidelização e ajuda no sentido de cada vez fazermos mais e melhor, contribuindo para o sucesso da Unicâmbio.
23. Ao Instituto de Formação Bancária pela excelente colaboração mantida em diversos domínios da formação que interessam à Unicâmbio.

Lisboa, 25 de março de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

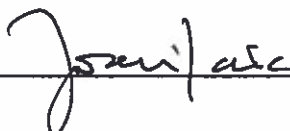
MANUEL MARIA RICARDO



PAULO JORGE SEIXAS DE CASTRO JERÓNIMO



JOSÉ CARLOS PEREIRA LILAIA





12. Demonstrações Financeiras

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2018

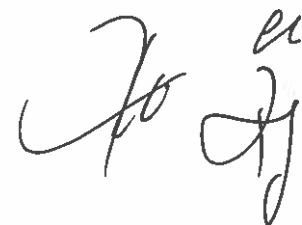
Abril de 2019



Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2018.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 18.....	5
• Demonstração de Alterações no Capital Próprio.....	6
• Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2018.....	7
• Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2018.....	8
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas.....	14
4. Caixa e Disponibilidades.....	18
5. Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados.....	19
6. Propriedades de investimento.....	20
7. Outros Activos tangíveis.....	21
8. Activos intangíveis.....	22
9. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....	23
10. Outros Activos.....	27
11. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.....	27
12. Provisões.....	27
13. Outros Passivos.....	28
14. Capital.....	29
15. Lucros Retidos e Outras Reservas.....	29
16. Margem Financeira.....	30
17. Rendimentos e Encargos de e com serviços e comissões.....	30
18. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido).....	31
19. Resultados de Reavaliação cambial.....	31
20. Outros Resultados de Exploração.....	31
21. Custos com o pessoal.....	32
22. Gastos Gerais Administrativos.....	32
23. Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	33
24. Imposto sobre o Rendimento.....	33
25. Eventos subsequentes.....	35
26. Informações exigidas por diplomas legais.....	35
27. Outras Informações.....	36

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized cursive letters, located in the top right corner of the page.

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTO
Balço - Modelo Regulamento Execução (EU) n.º 680/2014

Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
 Base de reporte Individual - NIC

Ano: 2018
 Mês: Dezembro

Moeda: EUR

	Notas	Dezembro 2018	Dezembro 2017
ATIVOS			
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais		8.612.646,16	8.602.101,17
Dinheiro em Caixa	4	7.594.001,74	6.509.740,85
Outros depósitos à ordem	4	1.018.644,42	2.092.360,32
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados		323.480,23	141.585,31
Instrumentos de Capital Próprio	5	323.480,23	141.585,31
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	9	674.840,77	692.576,09
Ativos Tangíveis		2.341.811,15	2.361.198,94
Ativos Fixos Tangíveis	7	1.021.759,80	1.354.948,94
Propriedades de investimento	6	1.320.051,35	1.006.250,00
Ativos por impostos		326.780,51	-
Ativos por impostos correntes	24	326.780,51	-
Outros ativos	10	1.520.936,16	1.121.251,41
ATIVOS TOTAIS		13.800.494,98	12.918.712,92
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
PASSIVOS			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		2.241.909,17	1.807.095,37
Outros passivos financeiros	11	2.241.909,17	1.807.095,37
Provisões		154.050,00	308.100,00
Outras Provisões	12	154.050,00	308.100,00
Passivos por impostos		133.489,87	328.749,76
Passivos por impostos correntes	24	133.489,87	328.749,76
Outros passivos	13	2.389.478,18	2.482.833,31
PASSIVOS TOTAIS		4.918.927,22	4.926.778,44
Fundos Próprios		1.000.000,00	1.000.000,00
Capital realizado	14	1.000.000,00	1.000.000,00
Rubricas que não serão reclassificadas em resultados		(599.215,61)	(283.592,58)
Proporção de outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas		(599.215,61)	(283.592,58)
Lucros Retidos	15	3.258.120,85	2.310.383,29
Outras Reservas		3.517.406,21	2.245.406,21
Outros	15	3.517.406,21	2.245.406,21
Lucros ou prejuízos atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		1.705.256,31	2.719.737,56
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL		8.881.567,76	7.991.934,48
CAPITAL PRÓPRIO TOTAL E PASSIVOS TOTAIS		13.800.494,98	12.918.712,92

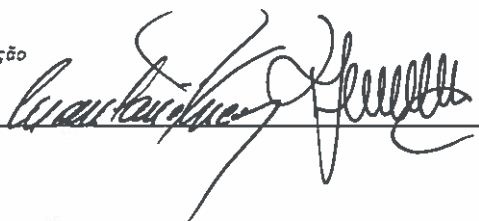
A Administração

 O Contabilista Certificado

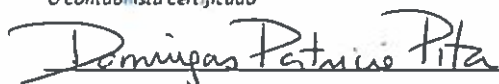

Demonstração de Resultados - Modelo Regulamento Execução (EU) n.º 680/2014

	Notas	Exercícios	
		Actividade Global	
		Dezembro 2018	Dezembro 2017
Juros e Encargos similares		(30.921,37)	(47.165,23)
Margem Financeira	16	(30.921,37)	(47.165,23)
Rendimentos de serviços e comissões	17	4.801.290,66	4.673.178,25
Encargos com serviços e comissões	17	(552.104,80)	(414.978,20)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	18	91.918,86	350.508,10
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	19	8.705.706,89	10.036.994,36
Resultados de alienação de outros activos	7	9.000,00	5.000,00
Outros resultados de exploração	20	58.811,85	271.872,65
Produto bancário		13.083.702,09	14.875.409,93
Custos com o pessoal	21	(4.710.256,96)	(4.440.636,31)
Gastos Gerais administrativos	22	(6.041.914,41)	(6.131.971,67)
Amortizações do Exercício	7 / 23	(613.639,06)	(645.830,91)
Provisões Líquidas de reposições e anulações	12	154.050,00	(308.100,00)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	10	(13.723,55)	(43.505,86)
Resultado antes de impostos		1.858.218,11	3.305.365,18
Impostos sobre o rendimento do período		(152.961,80)	(585.627,62)
Correntes	24	(152.961,80)	(585.627,62)
Resultado após impostos		1.705.256,31	2.719.737,56
Resultado líquido do período		1.705.256,31	2.719.737,56

A Administração



O Contabilista Certificado



Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Rubricas	Notas	Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		750.000,00	(282.305,68)	686.286,88	1.023.494,28	2.197.596,55	1.098.411,79	5.473.483,82
Aplicação do resultado do exercício de 2016								
Transferência Resultados Transitados		-	-	-	-	112.786,74	(112.786,74)	-
Transferência Reservas Legais		-	-	110.000,00	-	-	(110.000,00)	-
Transferência Outras Reservas		-	-	-	675.625,05	-	(675.625,05)	-
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	-	(200.000,00)	(200.000,00)
Reserva de Reavaliação		-	(1.286,90)	-	-	-	-	(1.286,90)
Aumento de Capital		250.000,00	-	(250.000,00)	-	-	-	-
Resultado Líquido Exercício de 31 de Dezembro de 2017							2.719.737,56	2.719.737,56
Rendimento Integral do período							2.718.450,66	2.718.450,66
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		1.000.000,00	(283.592,58)	546.286,88	1.699.119,33	2.310.383,29	2.719.737,56	7.991.934,48
Aplicação do resultado do exercício de 2017								
Transferência Resultados Transitados	15	-	-	-	-	947.737,56	(947.737,56)	-
Transferência Reservas Legais	15	-	-	272.000,00	-	-	(272.000,00)	-
Transferência Outras Reservas	15	-	-	-	1.000.000,00	-	(1.000.000,00)	-
Distribuição de Dividendos	15	-	-	-	-	-	(500.000,00)	(500.000,00)
Reserva de Reavaliação	15	-	(315.623,03)	-	-	-	-	(315.623,03)
Resultado Líquido Exercício de 31 de Dezembro de 2018							1.705.256,31	1.705.256,31
Rendimento Integral do período							1.389.633,28	1.389.633,28
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		1.000.000,00	(599.215,61)	818.286,88	2.699.119,33	3.258.120,85	1.705.256,31	8.881.567,76

A Administração

[Assinatura] *[Assinatura]*

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

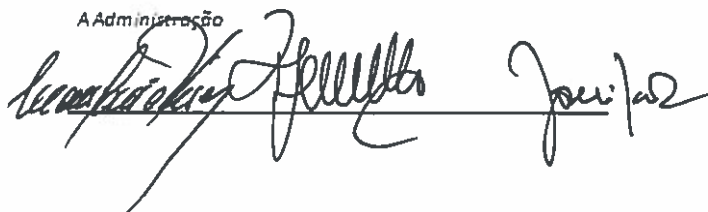
Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
Base de reporte individual - NIC

Ano: 2018
Mês: Dezembro
Moeda: EUR

Demonstração Individual do Rendimento Integral

	Ano	Ano anterior
Resultado líquido do exercício	1.705.256,31	2.719.737,56
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados	-	-
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados:		
- Diferenças de conversão cambial (IAS 28)	(315.623,03)	(1.286,90)
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	(315.623,03)	(1.286,90)
Rendimento integral do exercício	1.389.633,28	2.718.450,66
Atribuível aos acionistas	1.389.633,28	2.718.450,66

A Administração



O Contabilista Certificado



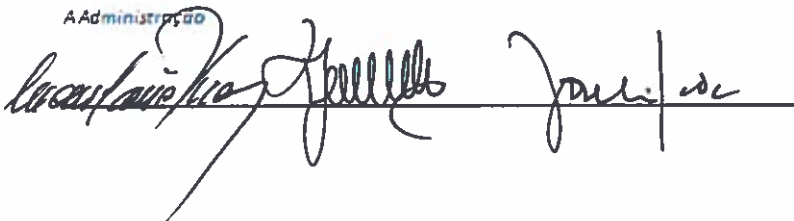
Instituição: Unicâmbio - Instituição de Pagamentos, SA
Base de reporte individual - NIC

Ano: 2018
Mês: Dezembro
Moeda: EUR

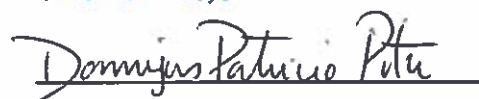
Demonstração de Fluxos de Caixa

	Notas	Ano	Ano anterior
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de juros e comissões		4.760.262,43	4.673.178,25
Pagamentos de juros e comissões		(581.700,04)	(461.863,71)
Pagamentos ao pessoal		(4.703.860,96)	(4.365.894,58)
Pagamentos fornecedores		(5.801.408,23)	(5.450.140,69)
Resultados de reavaliação Cambial		8.705.569,83	10.038.334,05
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(808.495,50)	(418.459,74)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativas a atividade operacional		(586.624,94)	(72.780,48)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		983.742,59	3.942.373,10
(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais:			
Ativos financeiros detidos para negociação e outros ao JV		(21.530,64)	58.481,58
		(21.530,64)	58.481,58
Aumentos / (diminuições) de ativos operacionais:			
Recursos de outras instituições de crédito		(594.750,92)	214.179,84
		(594.750,92)	214.179,84
Caixa líquida das atividades operacionais (a)		367.461,03	4.215.034,52
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
Variação de ativos tangíveis e intangíveis		(555.205,03)	(658.312,01)
Variação de partes de capital em empresas filiais e associadas		(185.276,68)	(11.331,21)
Caixa líquida das atividades investimento (b)		(740.481,71)	(669.643,22)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(500.000,00)	(200.000,00)
Caixa líquida das atividades de financiamento (c)		(500.000,00)	(200.000,00)
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes		(873.020,68)	3.345.391,30
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.247.084,97	4.901.693,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	7.374.064,29	8.247.084,97

A Administração



O Contabilista Certificado



Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA

Notas anexas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, S.A.*, é uma instituição de pagamentos com sede em Lisboa, autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento. Constituída inicialmente em 1992 como Agência de Câmbios, alargou o seu objeto social para Instituição de Pagamentos em 2014, e conta hoje com 80 balcões no espaço geográfico do Continente e da Região Autónoma da Madeira.

A sua actividade principal desenvolve-se no domínio do câmbio manual e das transferências de dinheiro de e para o exterior.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras da *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA* foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

Na preparação das suas demonstrações financeiras a *Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA* está sujeita às normas estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso 5/2015 de 07 de Dezembro e complementadas por outra legislação adicional emitida pelo Banco de Portugal no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e pelo artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

A adopção pela Unicâmbio das Normas de Contabilidade Internacionais (NIC) ocorreu pela primeira vez em 2017, pelo que a data de transição do referencial contabilístico anteriormente adoptado, Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) nomeadamente, para este normativo é 1 de Janeiro de 2016 tal como estabelecido pela IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, de forma a permitir base de informação comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras do período corrente.

Não obstante, e atendendo a que as NCA's correspondiam fundamentalmente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), com algumas excepções no que concerne à valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores e à valorização dos activos tangíveis, não se verificou necessidade de efectuar quaisquer ajustamentos às demonstrações financeiras anuais comparativas apresentadas a 31 de Dezembro de 2016.

a.1) Impacto da adopção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2018:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada activo, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, para os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 é aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes

O IASB emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rêdito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracta a performance da entidade.

IFRIC 22 – Transacções em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de activos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do activo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o activo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

Não se registaram alterações significativas na adopção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda adoptadas pela UE as alterações emitidas pelo IASB:

- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transacções com pagamentos baseados em acções;
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em

construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);

- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da excepção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor).

Não se registaram alterações significativas na adopção da presente interpretação.

a.2) Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de Outubro. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o cliente do leasing), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

Locações nas quais a Empresa é locatário

A Empresa irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus contratos de locação operacional, nomeadamente edifícios e transportes. A natureza dos gastos relacionados com esses contratos irá alterar uma vez que a Empresa irá reconhecer depreciações / amortizações do direito de uso bem como gastos com juros do passivo de locação.

Anteriormente, a Empresa reconhecia a locação operacional numa base constante durante o período do contrato de locação, reconhecendo ativos e passivos apenas nos momentos em que existia diferenças temporais entre a data do reconhecimento da despesa e o efetivo pagamento da mesma.

Adicionalmente, a Empresa deixará de reconhecer provisões para os contratos de locação operacional que considerar como onerosos, sendo que os pagamentos devidos serão incluídos no passivo de locação reconhecido pela Empresa.

Não são esperados impactos significativos nos contratos de locação financeiras da Empresa.

Com base na informação disponível à data, a Empresa estima que irá reconhecer passivos de locação no total entre 2.300.000€ e 2.600.000 € a 1 de janeiro de 2019.

Locações nas quais a Empresa é locador

A Empresa irá reavaliar os contratos de locação e sub-locação em que é locador, no entanto não são estimados impactos significativos decorrentes dos contratos de locação e sub-locação em que a Empresa é locador.

Transição

A Empresa planeia aplicar a IFRS 16 com início a 1 de janeiro de 2019 através da abordagem retrospectiva simplificada, sendo que o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma é reconhecido à data de aplicação inicial (1 de janeiro de 2019), sem reexpressão da informação comparativa.



Características de pré-pagamento com compensação negativa (alteração à IFRS 9).

Activos financeiros que contenham características de pré-pagamento com compensação negativa podem agora ser mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral (OCI) se cumprirem os critérios relevantes da IFRS 9. O IASB clarificou igualmente que a IFRS 9 exige aos preparadores o recálculo do custo amortizado da modificação de passivos financeiros pelo desconto dos fluxos de caixa contratuais usando a taxa de juro efectiva original (EIR) sendo reconhecida qualquer ajustamento por via de resultados do período (alinhando o procedimento já exigido para os activos financeiros). Esta alteração foi adoptada pela Regulamento EU 2018/498 da Comissão sendo de implementação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida.

A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um activo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

A IFRIC 23 foi adoptada pela Regulamento da Comissão EU 2018/1595, de 23 de Outubro sendo de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adoptada antecipadamente.

A alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

a.3) Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Empresa:

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efectiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efectuado para desenvolver um activo quando este se torna apto para utilização ou venda);

Outras alterações efectuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após 1 de Janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (Alteração à IAS 28 emitida em 12 de Outubro de 2017) clarificando a interacção com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;
- Alterações, cortes ou liquidações do Plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de Fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos actuariais actualizados para determinar os custos dos serviços passados e a taxa de juro líquida do período. O efeito do asset ceiling não é tomado em consideração para o cálculo do ganho e perda na liquidação do plano e é lido separadamente no outro rendimento integral (OCI);

- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de Outubro de 2018);
- Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de Outubro de 2018).

A Empresa não registou alterações significativas na adopção da presente interpretação.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições instituídas pelo Banco de Portugal para as empresas financeiras.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Unicâmbio – Instituição de Pagamentos, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transacção.

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício, com base no "fixing" de divisas divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

3.2. Estimativas

As estimativas foram determinadas com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento de eventos passados e/ou correntes. Poderão, contudo, ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

3.3. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações, que são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes e em conformidade com o tempo de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos que não resultem em aumentos na vida útil do bem são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas Resultados de alienação de outros activos.

3.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

3.5. Investimentos financeiros

Empresas Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto.

Empresas associadas são as entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, mas não possui controlo - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwil", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa, após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo "Provisões" para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado de acordo com a legislação aplicável, com base no resultado tributável da empresa.

3.7. Outros valores a receber

As contas de "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.8. Caixa e disponibilidades em bancos

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.9. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. São reconhecidas provisões quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de

práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), e seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, desde que possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada exercício e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos através de contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidas como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.14. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Caixa e Disponibilidades

Notas sobre os Fluxos– Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a justificação para a rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa decompõem-se como segue:

	31-12-2018	31-12-2017
Numerário	7.594.001,74	6.509.740,85
Depósitos Bancários	1.018.644,42	2.092.360,32
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais no BALANÇO	8.612.646,16	8.602.101,17
Aplicações de Tesouraria	323.480,23	141.585,31
Descobertos Bancários (Nota 11)	(1.586.261,74)	(520.801,15)
Ajustamentos para moeda Fora de circulação	24.199,64	24.199,64
Caixa e Equivalentes de caixa na DFC	7.374.064,29	8.247.084,97

Não existem saldos significativos de caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso da Empresa.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de Outros passivos financeiros.

A 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Caixa:		
Notas e Moedas Nacionais	2.618.070,44	2.378.711,68
Notas e Moedas Estrangeiras	5.000.130,94	4.155.228,81
	7.618.201,38	6.533.940,49
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.018.644,42	2.092.360,32
	8.636.845,80	8.626.300,81
Ajustamentos em Moeda Fora de Circulação	(24.199,64)	(24.199,64)
	8.612.646,16	8.602.101,17

A 31 de Dezembro de 2018, os ajustamentos em moeda fora de circulação decompõem-se como segue:

Item	Descrição	QTD	Fixing	Valor Total
ZAR	Rand Africa Sul	1.000	16,13	62,01
SEK	Coroa Sueca	6.090	9,92	613,86
HUF	Forint Húngaro	1.000	312,77	3,20
CNY	Yuan Renminbi China	65	7,84	8,29
CZK	Coroa Checa	1.230	25,49	48,25
BRL	Real Brasileiro	328	3,87	84,82
MAD	Dirham Marrocos	90	11,19	8,05
TND	Dinar Tunisia	325	2,94	110,43
AOA	Kwanza Angola	4.000	185,40	21,57
TRY	Lira Turca	70	4,66	15,01
GBP	Libra Estrelina (Reino Unido)	225	0,88	255,73
INR	Rupia India	1.754.500	76,39	22.968,42
				24.199,64

De referir que cerca de 94% do saldo espelha ajustamentos à divisa Rupia Indiana como forma de fazer face a uma decisão do Governo Indiano de retirar repentinamente de circulação as notas de 1.000 e 500 rupias.

5. Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados

A empresa detém 500.001 Acções no Banco Comercial Português, SA, adquiridas por € 165.567,05 sendo que o valor de cotação de mercado em 31-12-2018 é de €114.750,23. Em Fevereiro de 2017 a empresa adquiriu 473.325 acções a um preço de 0,10342 por acção.

Detém igualmente 84.6897 UP do Fundo FIMA no BIC, com o valor de mercado de 494,89.

A 31 de Dezembro de 2014, entrou em vigor a Portaria nº 294-A/2013, que regulamenta a operacionalização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), para o qual as empresas têm de contribuir com 0,925% da remuneração base dos trabalhadores que contratem a partir de 1 de outubro de 2013. Este valor pode depois ser usado para, em caso de cessação do contrato, pagar até metade da compensação devida ao trabalhador. Além deste FCT, entrou também em vigor o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), de cariz mutualista, que implica uma contribuição de 0,075% por parte das empresas e que visa assegurar parte das indemnizações não cobertas pelo FCT.

A 31 de Dezembro de 2018 a empresa detinha 7.720,39 unidades de participação do Fundo de Compensação do Trabalho com o Valor de Mercado de 1,06667 por unidade.

Em 21 de Dezembro de 2018 a Unicâmbio adquiriu 4 Unidades de Participação da BlueCrow Innovation Fund II FCR por 200.000€. Este Fundo de Capital de Risco tem por objectivo promover investimentos em investigação e desenvolvimento (I&D) de base portuguesa, potenciar a valorização dos resultados de I&D e a transferência de conhecimento para o tecido económico, e proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento do ecossistema da inovação e do empreendedorismo.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os movimentos ocorridos na valorização dos activos financeiros, valorizados ao respectivo justo valor, apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Títulos emitidos por Residentes:		
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	136.496,76	29.064,69
Aquisições no período	-	48.950,49
Aumento (diminuição) no justo valor	(21.251,64)	58.481,58
Justo valor Títulos a 31 de Dezembro	115.245,12	136.496,76
Outros:		
Saldo (justo valor) a 1 de Janeiro	5.088,55	
Aquisições no período	208.325,54	2.671,17
Reclassificação		3.035,20
Reembolsos no Período no período	(5.079,03)	(364,42)
Aumento (diminuição) no justo valor	(99,95)	(253,40)
Justo valor Outros a 31 de Dezembro	208.235,11	5.088,55
	323.480,23	141.585,31

Os activos financeiros valorizados ao respectivo justo valor e os respectivos valores de custo e de mercado, em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram os seguintes:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Valor custo	Justo valor	Valor custo	Justo valor
Acções do BCP	165.567,05	114.750,23	165.567,05	136.000,27
Unidades Participação Banco BIC - FDMA	500,00	494,89	500,00	496,49
Fundo de Compensação do Trabalho	5.584,21	5.235,11	5.337,70	5.088,55
Fundo de Capital de Risco BlueCrow	200.000,00	200.000,00	-	-
	374.651,26	323.480,23	171.404,75	141.585,31

6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem dois edificios propriedade da Unicâmbio, cujo arrendamento acontece por força de relações contratuais prévias e decorrência de lógica de gestão patrimonial e/ou valorização do capital, não correspondendo, contudo, a uma verdadeira actividade do ponto de vista jurídico.

Em 2018 a Empresa decidiu reafectar a parte do prédio que detém no Porto que não estava a ser utilizada pela sua actividade normal de forma a valorizar o seu património.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento e respectivas depreciações, foi o seguinte:

		31 de Dezembro de 2017				
		Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates/Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-17
Prédio da Praça da Figueira		1.250.000,00		-	-	1.250.000,00
		1.250.000,00		-	-	1.250.000,00
Depreciações						
		Saldo em 01-Jan-17	Reforço	Abates/Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-17
Prédio da Praça da Figueira		(225.000,00)	(18.750,00)	-		(243.750,00)
		(225.000,00)	(18.750,00)	-	-	(243.750,00)
		1.025.000,00				1.006.250,00
		31 de Dezembro de 2018				
		Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates/Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-18
Prédio da Praça da Figueira		1.250.000,00		-	-	1.250.000,00
Prédio do Porto		-		-	405.232,65	405.232,65
		1.250.000,00		-	405.232,65	1.655.232,65
Depreciações						
		Saldo em 01-Jan-18	Reforço	Abates/Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-18
Prédio da Praça da Figueira		(243.750,00)	(18.750,00)	-		(262.500,00)
Prédio do Porto		-	(48.790,53)	-	(23.890,77)	(72.681,30)
		(243.750,00)	(67.540,53)	-	(23.890,77)	(335.181,30)
		1.006.250,00				1.320.051,35

7. Outros Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

		31 de Dezembro de 2017				
		Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-17
Imóveis de Serviço Próprio		382.874,96	-	-	269.967,77	652.842,73
Obras em Imóveis arrendados		2.578.029,83	216.481,46	(45.934,35)	(235.590,56)	2.512.986,38
Equipamento		1.686.453,22	341.885,18	(64.834,78)		1.963.503,62
Investimentos em curso		15.247,14	104.945,37		(34.377,21)	85.815,30
		4.662.605,15	663.312,01	(110.769,13)	-	5.215.148,03
		Depreciações acumuladas				
		Saldo em 01-Jan-17	Reforço	Abates/Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-17
Edifícios e outras construções		68.609,46	9.336,65	-	269.967,77	347.913,88
Obras em Imóveis arrendados		1.937.450,92	356.451,24	(45.988,02)	(269.967,77)	1.977.946,37
Equipamento		1.337.880,60	261.293,02	(64.834,78)	-	1.534.338,84
		3.343.940,98	627.080,91	(110.822,80)	-	3.860.199,09
		1.318.664,17				1.354.948,94

Unicâmbio – Instituição de Pagamento, SA
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de Dezembro de 2018

31 de Dezembro de 2018					
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates/Alienacões	Transferências	Saldo em 31-Dez-18
Imóveis de Serviço Próprio	652 842,73	-	-	(176 211,84)	476 630,89
Obras em Imóveis arrendados	2 512 986,38	87 634,46	-	-	2 600 620,84
Equipamento	1 963 503,62	283 307,04	(67 069,81)	-	2 179 740,85
Investimentos em curso	85 815,30	223 309,77	-	(229 020,81)	80 104,26
	<u>5 215 148,03</u>	<u>594 251,27</u>	<u>(67 069,81)</u>	<u>(405 232,65)</u>	<u>5 337 096,84</u>
Depreciações acumuladas					
	Saldo em 01-Jan-18	Reforço	Abates/Alienacões	Transferências	Saldo em 31-Dez-18
Edifícios e outras construções	347 913,88	6 119,68	-	(23 890,77)	330 142,79
Obras em Imóveis arrendados	1 977 946,37	263 406,04	-	-	2 241 352,41
Equipamento	1 534 338,84	276 572,81	(67 069,81)	-	1 743 841,84
	<u>3 860 199,09</u>	<u>546 098,53</u>	<u>(67 069,81)</u>	<u>(23 890,77)</u>	<u>4 315 337,04</u>
	<u>1 354 948,94</u>				<u>1 021 759,80</u>

As alienações ocorridas durante os períodos de 2018 e 2017 resultaram em ganhos de 9.000 euros e 5.000 euros respetivamente. Estes ganhos encontram-se registados na rubrica "Resultados de alienação de outros activos" da Demonstração dos Resultados.

8. Activos intangíveis

Durante o período de 2018 não ocorreram quaisquer alterações na rubrica de activos intangíveis, pelo que a posição a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates/Alienacões	Transferências	Saldo em 31-Dez-17
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	145 610,11	-	-	-	145 610,11
Outras activos intangíveis	137 409,84	-	-	-	137 409,84
	<u>283.019,95</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>283.019,95</u>
Depreciações Acumuladas					
	Saldo em 01-Jan-17	Reforços	Abates/Alienacões	Transferências	Saldo em 31-Dez-17
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	(152 722,83)	(12 987,28)	-	-	(165 710,11)
Outras activos intangíveis	(137 409,84)	-	-	-	(137 409,84)
	<u>(270.132,67)</u>	<u>(12.987,28)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(283.019,95)</u>
	<u>12.887,28</u>				<u>-</u>
31 de Dezembro de 2018					
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições / Dotações	Abates/Alienacões	Transferências	Saldo em 31-Dez-18
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	145 610,11	-	-	-	145 610,11
Outras activos intangíveis	137 409,84	-	-	-	137 409,84
	<u>283.019,95</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>283.019,95</u>
Depreciações Acumuladas					
	Saldo em 01-Jan-18	Reforços	Abates/Alienacões	Transferências	Saldo em 31-Dez-18
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	(145 610,11)	-	-	-	(145.610,11)
Outras activos intangíveis	(137 409,84)	-	-	-	(137 409,84)
	<u>(283.019,95)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(283.019,95)</u>
	<u>-</u>				<u>-</u>

9. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Subsidiária

A Empresa detém uma participação de 100% na Unicâmbio Ltd., com sede em Londres, Reino Unido. O capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é composto por 1.000 ações com o valor nominal de 10 libras cada.

Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

Em Maio de 2018 a Unicâmbio constituiu uma sociedade de direito marroquino, participada a 100%, com sede em Casablanca. O capital da Empresa de nome Unicambio SARL, AU, no valor de 2.000.000 Dirhams, está totalmente subscrito e realizado.

Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

Associadas

A Empresa detém uma participação de 49% na empresa Unitransfer – Casa de Câmbios, SA, com sede em Luanda, Angola. Refira-se que, no último exercício, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com a referida empresa participada.

Os investimentos financeiros em entidades estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal, sendo que a participação da empresa nos resultados dessas entidades é calculada com base na taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante da conversão das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras é registada no capital próprio na rubrica “Reservas associadas a diferenças cambiais”, sendo reconhecida em resultados no momento em que a entidade estrangeira for alienada ou o investimento for transmitido de outra forma.

As taxas de Câmbio, relativamente ao Euro, utilizadas na conversão das demonstrações financeiras das principais operações estrangeiras são as seguintes:

<u>Final</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Kwanza Angola (AOA)	353,01500	199,44500
Libra Esterlina	0,89453	0,88723
Dirham Marrocos (MAD)	10,94470	-
<u>Média</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Kwanza Angola (AOA)	296,98517	185,39292
Libra Esterlina (GBP)	0,88471	0,87667
Dirham Marrocos (MAD)	10,82696	-

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, as contas respeitantes à rubrica de investimentos em filiais apresentam os seguintes saldos:

31 de Dezembro de 2018

Investimentos em empresas filiais	Sede	Capital da Participada (€)	% participação	Partes de capital		
				Capital Realizado	Empréstimos concedidos	Total
Unicambio, Ltd	Reino Unido	11.331,21	100%	11.331,21	-	11.331,21
Efeitos das alterações cambiais				-	-	33,48
Subtotal				11.331,21	-	11.364,69
Imputação de Capitais Próprios à Unicâmbio						-10.091,40
Valorização do Investimento na Unicâmbio LTD						1.273,29

Investimentos em empresas filiais	Sede	Capital da Participada (€)	% participação	Partes de capital		
				Capital Realizado	Empréstimos concedidos	Total
Unicambio, SARL	Marrocos	176.453,98	100%	176.453,98	8.822,70	185.276,68
Efeitos das alterações cambiais				-	-	6.673,76
Subtotal				176.453,98	8.822,70	191.950,44
Imputação de Capitais Próprios à Unicâmbio						-36.309,73
Valorização do Investimento na Unicâmbio SARL						155.640,71

Valorização do Investimento em filiais 156.914,00

À data da preparação do fecho de contas da Unicâmbio, a imputação dos capitais próprios e resultados da Unicambio Ltd apresenta-se como segue:

		BALANÇO		BALANÇO	
		31/12/2018		31/12/2017	
		GBP	Euros	GBP	Euros
Ativos	Não correntes	-	-	-	-
	Correntes	1.895,00	2.118,43	8.435,00	9.507,12
	Subtotal	1.895,00	2.118,43	8.435,00	9.507,12
Passivos	Não correntes	-	-	-	-
	Correntes	756,00	845,14	5.736,00	6.465,07
	Subtotal	756,00	845,14	5.736,00	6.465,07
Capital Próprio		1.139,00	1.273,29	2.699,00	3.042,05
% participação detida		100%	100%	100%	100%
Imputação Capitais Próprios à Unicâmbio		1.139,00	1.273,29	2.699,00	3.042,05

[Handwritten signatures and initials]

		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
		31/12/2018		31/12/2017	
		GBP	Euros	GBP	Euros
Actividade no ano	Rendimentos	-	-	-	-
	Gastos	(1.560,00)	(1.763,29)	(7.301,00)	(8.328,11)
	Resultado líquido	(1.560,00)	(1.763,29)	(7.301,00)	(8.328,11)
% participação detida		100%	100%	100%	100%
Imputação RL à Unicâmbio		(1.560,00)	(1.763,29)	(7.301,00)	(8.328,11)

À data da preparação do fecho de contas da Unicâmbio, a imputação dos capitais próprios e resultados da Unicambio SARL apresenta-se como segue:

		BALANÇO	
		31/12/2018	
		MAD	Euros
Ativos	Não correntes	-	-
	Correntes	1.853.196,10	169.323,61
	Subtotal	1.853.196,10	169.323,61
Passivos	Não correntes	-	-
	Correntes	246.317,03	22.505,60
	Subtotal	246.317,03	22.505,60
Capital Próprio		1.606.879,07	146.818,01
% participação detida		100%	100%
Imputação Capitais Próprios à Unicâmbio		1.606.879,07	146.818,01

		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
		31/12/2018	
		MAD	Euros
Actividade no ano	Rendimentos	5,25	0,48
	Gastos	(393.129,18)	(36.310,21)
	Resultado líquido	(393.123,93)	(36.309,73)
% participação detida		100%	100%
Imputação RL à Unicâmbio		(393.123,93)	(36.309,73)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as contas respeitantes à rubrica de investimentos em associadas apresentam os seguintes saldos:

31 de Dezembro de 2017

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capital da Participada (€)	% participação	Partes de capital	
				Capital Realizado	Total
Unitransfer – Casa de Câmbios, SA	Angola	1.594.960	49%	781.530,36	781.530,36
	Efeitos das alterações cambiais			-	-589.487,32
			Subtotal	781.530,36	192.043,04
			Imputação de Capitais Próprios à Unicâmbio		325.883,73
Valorização do Investimento em associadas					517.926,77

À data da preparação do fecho de contas da Unicâmbio, a imputação dos capitais próprios e resultados da Unitransfer apresenta-se como segue:

BALANÇO

		31/12/2018		31/12/2017	
		AKZ	Euros	AKZ	Euros
Ativos	Não correntes	38.548.614,25	109.198,23	31.441.448,75	157.644,71
	Correntes	648.767.975,33	1.837.791,53	520.596.285,54	2.610.224,80
	Subtotal	687.316.589,58	1.946.989,76	552.037.734,29	2.767.869,51
Passivos	Não correntes	-	-	-	-
	Correntes	314.182.064,60	839.996,36	271.376.270,63	1.360.657,18
	Subtotal	314.182.064,60	839.996,36	271.376.270,63	1.360.657,18
Capital Próprio		373.134.524,98	1.056.993,40	280.661.463,66	1.407.212,33
% participação detida		49%	49%	49%	49%
Imputação Capitais Próprios à Unicâmbio		182.835.917,24	517.926,77	137.524.117,19	689.534,04

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		31/12/2018		31/12/2017	
		AKZ	Euros	AKZ	Euros
Actividade no ano	Rendimentos	689.544.382,90	2.321.814,16	1.134.094.306,99	6.117.247,13
	Gastos	(598.215.958,33)	-201.4295,693	(1.020.670.135,00)	(5.505.442,90)
	Resultado líquido	91.328.424,57	307.518,46	113.424.171,99	611.804,23
% participação detida		49%	49%	49%	49%
Imputação RL à Unicâmbio		44.750.928,04	150.684,05	55.577.844,28	299.784,07

A Empresa é da opinião que não se encontram reunidas as condições que justifiquem a aplicação da Norma Internacional de Contabilidade NIC 29 (IAS 29) - Relato Financeiro em Economias Hiperinflacionárias para o exercício que termina a 31 de Dezembro de 2018.

10. Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Outros activos” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Outros Devedores	1.042.172,79	721.501,98
Rendimentos a Receber	2.798,95	65.871,18
Despesas com encargo diferido	433.935,50	284.822,23
Outras contas de Regularização	75.058,69	68.362,24
	1.553.965,93	1.140.557,63
Perdas por imparidade acumuladas	(33.029,77)	(19.306,22)
	1.520.936,16	1.121.251,41

A perda por imparidade respeita aos Cartões Cash4TRavel e traduz a redução para o seu Valor Realizável Líquido, visto que foram inutilizados no decorrer do exercício dada a impossibilidade de os vender. Estes cartões obsoletos e/ou deteriorados mantêm-se em armazém da Empresa e aguardam oportunidade de destruição física.

A variação das Perdas por imparidade acumuladas resulta da Imparidades de outros activos líquida de reversões e recuperações de 13.723,55 euros, conforme apresentado na Demonstração de Resultados.

11. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Empréstimos bancários m.l.prazo	655.206,16	1.283.533,59
Descobertos bancários contratados	1.586.261,74	520.801,15
Encargos a Pagar	441,27	2.760,63
	2.241.909,17	1.807.095,37

12. Provisões

No decorrer do exercício de 2017 foi reconhecida uma provisão de 308.100,00€ para cobrir uma responsabilidade potencial de contra-ordenações instauradas pela PSP – Núcleo de Segurança Provada.

Não obstante a pouca gravidade das infracções que lhe estão sendo imputadas, os montantes que as coimas podem atingir obrigam a que, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, se impute à Empresa um determinado risco de punibilidade pela prática das supracitadas infracções de forma a acautelar eventuais futuras responsabilidades que venham a ser reclamadas.

Face à fase em que se encontra o processo, em que tão somente foi apresentada defesa escrita, a Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de riscos, acautelam, com razoável segurança, os riscos potenciais que poderão ocorrer com o desenrolar daquele processo.

Em 2018 e atendendo a que não ocorreu uma decisão rápida, até por força de não dever acontecer uma apreciação individual de cada processo, dado que a conduta atinente a cada um deles foi a mesma, o que em última instância determinará, não uma coima individual mas uma sanção global por todas as infracções, ou pelo menos por grupo de infracções, e sempre em concurso, a Administração reviu a anterior provisão apurada e entendeu que seria razoável na presente fase do processo reduzir o risco para metade.

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi o seguinte:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Saldo a 1 de Janeiro	308.100,00	-
Reforço no período	-	308.100,00
Reduções no período	(154.050,00)	-
Utilizações	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	154.050,00	308.100,00

13. Outros Passivos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Outros passivos" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Receitas com rendimento diferido	874,13	50.862,00
Outros Encargos a pagar	1.332.663,63	1.351.829,73
Outros Credores	1.055.940,42	1.080.141,58
	2.389.478,18	2.482.833,31

Cerca de 89 % do saldo da rubrica de credores por acréscimo de gastos corresponde ao registo de benefícios de empregados de curto prazo, tais como férias, subsídio de férias e correspondentes encargos, cujo direito, de acordo com a legislação laboral aplicável, vence a 31 de Dezembro de cada ano. Nesta rubrica estão igualmente incluídos o valor de um prémio a título de gratificação de balanço e de produtividade no valor de 668.558,94€.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de "Outros Credores" desdobra-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Sector Público Administrativo	258.384,68	224.460,25
Credores por fornecimentos de bens e serviços	781.084,99	803.226,76
Saldo Credores de Outros Devedores	16.470,75	52.454,57
	1.055.940,42	1.080.141,58

O saldo para com o Sector Público Administrativo apresenta-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	9.340,06	12.527,96
Retenção de Impostos na Fonte	90.197,53	76.740,06
Imposto de Selo	22.348,38	18.256,40
Segurança Social	135.559,01	116.418,56
Outros impostos e taxas	939,70	517,27
	258.384,68	224.460,25

14. Capital

Em 31 de Dezembro de 2018 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 200.000 acções com o valor nominal de 5 euros cada.

Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2018, eram as seguintes:

	<u>% Capital</u>	<u>Valor</u>
Caerinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda	51,80%	518.000
A.M.E.M.O.- Importação E Exportação, Lda	21,90%	219.000

15. Lucros Retidos e Outras Reservas

O Decreto-Lei n.º 298/92 que regula o exercício da actividade das sociedades financeiras estabelece que pelo menos 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em três de Maio de 2018, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse distribuído da seguinte forma:

- 272.000,00 para Reserva Legal
- 1.000.000,00 para Reserva Especial por Lucros Retidos e Reinvestidos
- 500.000,00 para Distribuição de Dividendos
- 947.737,56 para a rubrica Resultados transitados.

A 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, esta rubrica decompõem-se como segue:

	<u>31-Dez-18</u>	<u>31-Dez-17</u>
Reservas Legais	818.286,88	546.286,88
Reserva Especial por Lucros Retidos e Reinvestidos	2.699.119,33	1.699.119,33
Lucros Retidos	<u>3.258.120,85</u>	<u>2.310.383,29</u>
	<u>6.775.527,06</u>	<u>4.555.789,50</u>

O regime de dedução à coleta de IRC por lucros retidos e reinvestidos determina para os seus beneficiários a constituição de uma reserva especial correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos. Esta reserva não pode ser distribuída aos sócios antes de decorrido um período de cinco exercícios contados a partir da sua constituição.

	31-Dez-18	
	Reserva Especial Por Lucros Retidos e Reinvestidos	Retida Até
Sobre Resultados de 2014	721.309,38	2020
Sobre Resultados de 2015	302.184,90	2021
Sobre Resultados de 2016	675.625,10	2022
Sobre Resultados de 2017	1.000.000,00	2023
	2.699.119,38	

16. Margem Financeira

Os resultados financeiros, nos períodos de 2018 e de 2017, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e encargos similares suportados		
Juros de empréstimos de Outras Instituições Crédito	28.512,90	44.004,13
Juros de Fornecedores de Imobilizado em Regime de Locação Financeira	2.408,47	3.161,10
	30.921,37	47.165,23
Margem Financeira	(30.921,37)	(47.165,23)

17. Rendimentos e Encargos de e com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões nos períodos de 2018 e de 2017 foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Comissões sobre Serviços de Operações Cambiais ao Balcão	727.436,16	753.977,53
Comissões sobre Serviços Prestados de Transferência de Valores	3.920.037,07	3.821.534,45
Comissões sobre Outros Serviços Prestados	153.817,43	97.666,27
	4.801.290,66	4.673.178,25

Os encargos com serviços e comissões nos períodos de 2018 e de 2017 foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Comissões sobre Operações Cambiais	1.372,50	1.867,76
Comissões sobre Serviços Bancários de Terceiros	183.597,50	162.685,91
Comissões sobre Outros Serviços Prestados	366.980,03	250.424,53
Outras Comissões Pagas	154,77	-
	552.104,80	414.978,20

18. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)

A repartição dos resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, apresentam-se como segue:

	31-Dez-18			31-Dez-17		
	Perdas	Ganhos	Total	Perdas	Ganhos	Total
Activos financeiros valorizados ao justo valor	(21.530,64)	-	(21.530,64)	(253,40)	58.481,58	58.228,18
Passivos Financeiros	-	838,47	838,47	(78,23)	902,18	823,96
Apropriação de Resultados em Subsidiárias (Nota 9)	(38.073,02)	-	(38.073,02)	(8.328,11)	-	(8.328,11)
Apropriação de Resultados em Associadas (Nota 9)	-	150.684,05	150.684,05	-	299.784,07	299.784,07
	(59.603,66)	151.522,52	91.918,86	(8.659,73)	359.167,83	350.508,10

19. Resultados de Reavaliação cambial

Esta rubrica reflecte os resultados obtidos com a reavaliação cambial das divisas transaccionadas, e nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 as moedas com maior expressão apresentam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Dólar dos Estados Unidos	3.741.174,42	5.038.359,91
Libra Esterlina	1.449.323,28	1.521.892,96
Real do Brasil	740.717,93	686.556,84
Franco Suíço	339.554,56	317.447,01
Restantes Moedas	2.434.936,70	2.472.737,64
	8.705.706,89	10.036.994,36

20. Outros Resultados de Exploração

A repartição dos resultados de exploração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Outros Encargos e gastos operacionais:		
Fraudes	(6.934,02)	(4.203,60)
Perdas Relativas a Exercícios Anteriores	(4.020,22)	(50.619,15)
Quotizações e donativos	(3.013,00)	(3.217,00)
Outros não especificados	(204.142,76)	(71.830,95)
	(218.110,00)	(129.870,70)
Outros impostos	(16.945,61)	(18.825,83)
Rendas Obtidas de Locação Operacional	16.447,32	10.350,83
Outros Ganhos e Rendimentos:		
Indemnizações Contratuais	1.740,00	304,28
Subsídios para compensação despesas	-	62.091,12
Comparticipações em despesas	148.733,55	170.608,10
Outras	126.946,69	177.214,85
	277.420,24	410.218,35
	58.811,95	271.872,65

A rubrica de "Outros não especificados" engloba cerca de 133.493 € de Insuficiência de Estimativa de Imposto que diz respeito ao indeferimento do pedido de crédito fiscal à Agência Nacional de Inovação no âmbito do processo de candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial de 2017.

21. Custos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Remunerações dos órgãos sociais	270.000,00	252.000,00
Remunerações do pessoal	3.722.897,61	3.447.829,72
Indemnizações	12.937,83	40.238,00
Encargos sobre remunerações	634.579,13	573.421,22
Seguros	11.727,32	11.003,92
Gastos de acção social	11.051,06	11.482,74
Outros gastos com pessoal	47.064,01	104.660,71
	4.710.256,96	4.440.636,31

A empresa apresentou, no decorrer do exercício findo a 31 de Dezembro de 2018, um efectivo médio anual de cerca de 245 trabalhadores, que se decompõe da seguinte forma:

- Administradores	3
- Funcionários	242

22. Gastos Gerais Administrativos

A repartição dos gastos gerais administrativos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Gastos com fornecimentos		
donde Água, Energia e Combustíveis	230.366,34	222.020,95
donde Material de Consumo Corrente	101.812,62	87.198,62
donde Publicações	469,73	108,00
donde Material de Higiene e Limpeza	15.116,38	15.481,48
donde Outros fornecimentos de Terceiros	-	21,70
	347.765,07	324.830,75
Gastos com Serviços		
donde Rendas e Alugueres	3.664.217,93	3.589.714,18
donde Comunicações	181.423,28	190.219,48
donde deslocações, estadas e representação	545.796,71	657.177,00
donde Publicidade	110.550,24	195.725,20
donde Conservação e Representação	169.288,43	139.495,19
donde Formação do Pessoal	-	24.951,08
donde Seguros	136.675,82	113.478,40
donde Serviços Especializados	876.510,18	883.458,34
donde Outros Serviços de Terceiros	9.686,75	12.922,05
	5.694.149,34	5.807.140,92
	6.041.914,41	6.131.971,67

23. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
	Gastos	Gastos
Propriedades de investimento	67.540,53	18.750,00
Activos fixos tangíveis	546.098,53	627.080,91
	613.639,06	645.830,91

24. Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 17 % sobre a matéria colectável até 15.000 euros por se tratar de uma Pequena e Média Empresa, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% e uma Derrama Estadual de 3% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões e 7,5 milhões de euros, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Não obstante, a Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a activos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverterá num futuro previsível.

Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura. São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

- Cálculo do imposto corrente não reflectido nas contas:

Relacionamento entre gasto (rendimento) de imposto de lucro contabilístico	Obs.	31-dez-18	31-dez-17
Resultado líquido do exercício		1.705.256,31	2.719.737,56
Gasto / rendimento de:			
Imposto Corrente		152.961,80	585.627,62
Imposto Diferido		-	-
Resultado antes de imposto	1	1.858.218,11	3.305.365,18
Variações patrimoniais	2		
Diferenças permanentes	3	304.227,32	485.446,61
	4	661.639,92	599.417,54
Diferenças temporárias	5	-	-
	6	-	0,00
Lucro (prejuízo fiscal)	7 = 1+2+3-4+5-6	1.500.805,51	3.191.394,25
Dedução de perdas fiscais	8	-	-
Matéria colectável	9=7-8	1.500.805,51	3.191.394,25
Colecta (MC até 15.000 euros)		2.550,00	2.550,00
Colecta (MC superior a 15.000 euros)	10	312.019,16	667.042,79
Derrama Estadual		24,17	50.741,83
Benefícios por dedução à colecta	11	240.000,00	233.489,87
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	12	55.856,39	50.911,96
Ajustamentos à colecta - derrama	13	22.512,08	47.870,91
Imposto sobre o rendimento do período	15=10-11+12+13+14	152.961,80	585.627,62
Taxa de imposto aplicável	16=15/7	10,19%	18,35%
Taxa efectiva de imposto	17=15/(1+2)	8,23%	17,72%

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal já paga e a pagar, relativa ao exercício de 2018 e ao exercício anterior, apresenta-se como segue:

	2018	2017
CARGA FISCAL IMPUTADA	152.961,80	585.627,62
CARGA FISCAL JÁ PAGA		
Pagamentos por Conta	475.628,00	254.289,00
Retenção na Fonte	4.114,31	2.588,84
CARGA FISCAL A PAGAR/RECEBER(-) NO FINAL PERÍODO	(326.780,51)	328.749,78

De referir igualmente que a empresa obteve em 2018 um benefício fiscal à colecta por Dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) tutelado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014 que aprova o Código Fiscal do Investimento (CFI), e que teve uma poupança de imposto no valor de 75.000,00€.

De referir que a Empresa efectuou um requerimento à Sifide -Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I & D Empresarial, de forma a obter um incentivo fiscal na forma de uma dedução à colecta, que se traduz numa poupança de imposto no valor de 165.000,00€.

Em 2018 a Empresa viu indeferido o pedido de crédito fiscal à Agência Nacional de Inovação no âmbito do processo de candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial no valor de 133.489,87 referente ao exercício de 2017.

25. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2018, a Empresa não efectuou transacções com quotas próprias, sendo nulo o n.º de quotas próprias detidas em 31 de Dezembro de 2018.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Relativamente aos membros do Conselho de Administração que, nos termos do art. 447 do Código das Sociedades Comerciais, são titulares de acções nominativas apresentam-se como segue:

Paulo Jerónimo – 103.600 acções (por intermédio da Caeirinvest – Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda)

Carlos Lilaia – 43.000 acções

Manuel Maria Ricardo - 8.600 acções

Nos termos do art. 448 do Código das Sociedades Comerciais, são titulares de mais de 10% do capital social os seguintes accionistas:

Caeirinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda – 103.600 acções

Carlos Lilaia – 43.000 acções

A.M.E.M.O – Importação e Exportação, SA - 43.800 acções

Nos termos e para os efeitos de cumprimento do disposto no n.º 5 do art. 447 do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação sobre transacções de acções da Unicâmbio, realizadas durante o ano de 2017:

No dia 19 de Dezembro de 2017, Paulo Jorge Seixas de Castro Jerónimo, membro do Conselho de Administração, cedeu as 103.600 acções que detinha à empresa por si detida, Caeirinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda respectivamente, pelo preço de 39,97€ por acção.

Honorários do Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 66A do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços	31-dez-18	31-dez-17
Revisão legal de contas	7.995,00	7.995,00
Outros Serviços	8.487,00	-
Saldos por liquidar	-	3.997,50

27. Outras Informações

27.1 - Compromissos assumidos

Em 31 de Dezembro de 2018, a empresa tem as seguintes garantias activas na Central de Responsabilidades de Crédito:

Nível de responsabilidade	Produto Financeiro		Tipo Garantia	Garantias
Crédito Individual	Crédito renovável - conta corrente bancária	0100	Fiança/Aval	1 000 000,00
Crédito Individual	Facilidades de Descoberto	0100	Fiança/Aval	659 530,00
Crédito Individual	Locação financeira mobiliária	0100	Fiança/Aval	112 057,00
Crédito Individual	Crédito Não Renovável	0100	Fiança/Aval	1 200 000,00
Crédito Individual	Crédito Não Renovável	1410	Imóveis Destinados à Habitação - Concluídos	700 000,00
				3.671.597,00
Crédito Individual	Outros Avaes e garantias prestados	0100	Fiança/Aval	1.296.211,00
				4.967.808,00

27.2 - Resumo das Responsabilidades de Crédito relativas a 31 de Dezembro de 2018

Em 31 de Dezembro de 2018, a empresa apresenta os seguintes saldos na Central de Responsabilidades de Crédito:

Produto Financeiro	Montante em Dívida			N.º Produtos	Produtos C/ Garantia
	Total	Em Incumprimento	Montante Potencial		
Cartão de crédito - com período de free-float	11 246,00	-	8 491,00	4	0
Cartão de crédito - sem período de free-float	2 113,00	-	17 888,00	1	0
Crédito Não Renovável	146 642,00	-	-	2	2
Crédito renovável - conta corrente bancária	500 000,00	-	500 000,00	2	2
Facilidades de Descoberto	652 358,00	-	347 642,00	1	1
Locação financeira mobiliária	42 252,00	-	-	5	2
Outros Avaes e garantias prestados	-	-	1 401 079,00	33	32
	1.354.611,00	-	2.275.100,00	48	39

27.3 - Partes Relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31-dez-18	31-dez-17
Vendas de Equipamentos	9.000,00	-
Prestação de serviços	7.200,00	-
Empréstimos Concedidos	8.822,70	-
Pagamentos por Conta de	-	5.135,60
Comissões Recebidas	91.042,87	216.959,59
Aquisição de Bens	88.525,42	-
Serviços adquiridos	147.359,82	172.961,83
	<u>351.950,81</u>	<u>169.448,25</u>

Saldos	31-dez-18	31-dez-17
Contas a receber	232.837,78	5.195,60
Contas a pagar	218.841,29	101.444,41
Empréstimos concedidos	8.822,70	-
	<u>460.501,77</u>	<u>106.640,01</u>

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

São entidades relacionadas da Unicâmbio, em 2018, as sociedades designadas a seguir:

- Desenvolvest – Desenvolvimento e Gestão Lda
- Moneycall – Serviços de Telecomunicações, Lda
- VerdeVento – Organização de Eventos e Serviços, Lda
- Unitransfer – Casa de Câmbios, SA
- Cacirinvest - Investimentos e Participações-Unipessoal, Lda
- Unicâmbio, Ltd
- UniCâmbio, SARL – AU
- Sweet and Happy Apartments, Lda
- Maria Conceição Seixas Jerónimo

27.4 Activos e Passivos em Moeda Estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o montante global dos elementos do activo e dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira convertidos em Euros distribuem-se como segue:

- Activo: O valor global de balanço dos activos expressos em moeda estrangeira e convertidos em euros com base no “câmbio fixing” à data de encerramento do exercício, ascende a 5.056.841 €, distribuídos da seguinte forma:

Activo	2018		2017	
	Moeda Estrangeira	Euro	Moeda Estrangeira	Euro
Notas e Moedas estrangeiras	795.652.402	4.975.931	531.672.813	4.131.029
Depósitos à ordem	791.914	693.941	684.645	171.319
Notas e Moeda à guarda terceiros	126.187	76.380	93.899	61.917
Participações Financeiras	100.010.000	674.841	98.010.000	692.576
Total	896.580.503	6.421.293	630.461.358	5.056.841

Em que as moedas com maior expressão representam em euros:

Moeda Estrangeira	2018	2017
	Euro	Euro
USD (Dólar Americano)	3.151.927	2.414.522
GBP (Libra Esterlina)	773.477	700.055
BRR (Real do Brasil)	321.029	274.400
AOA (Kwanza Angola)	526.146	705.438
CHF (Franco Suíço)	256.755	208.365
Restantes Moedas	1.391.961	754.061
Total	6.421.293	5.056.841

- Passivo: O valor de Passivo expresso no Balanço em moeda estrangeira e convertido em Euros com base no “câmbio fixing” à data de encerramento do exercício, encontra-se distribuído da seguinte forma:

Passivo	2018		2017	
	Moeda Estrangeira	Euro	Moeda Estrangeira	Euro
Fornecedores	-	-	8.657	9.206
Total	-	-	8.657	248.140

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Domínguez Patrício Rita

Luís António Dias Ferreira

João / a/c



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 13.800.495 euros e um total de capital próprio de 8.881.568 euros, incluindo um resultado líquido de 1.705.256 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

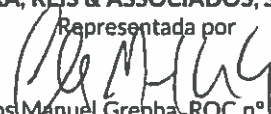
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 03 de maio de 2019

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILACA

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da **UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. Ao longo do exercício, o Fiscal Único desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Fiscal Único recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, desenvolvemos os procedimentos adequados e emitimos a Certificação Legal das Contas, que deve ser entendida como completando este relatório.
5. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2018, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 03 de maio de 2019

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266

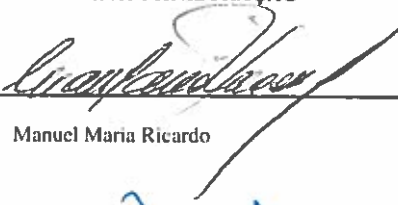
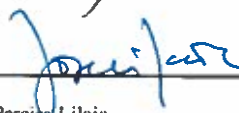
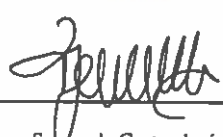
13. Anexos

**POSIÇÃO ACCIONISTA DOS MEMBROS DOS ORGÃOS
DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS ACCIONISTAS**

Movimento em 2018					
Accionistas	Título	N.º de títulos à data de 31-12-2018	N.º de títulos à data de 31-12-2017	Aquisições	Alienações
Membros do Conselho de Administração					
Manuel Maria Ricardo	Acções	8 600	8 600	0	0
Paulo Jorge Seixas de Castro Jerónimo	Acções	0	0	0	-
José Carlos Pereira Lilaia	Acções	43 000	43 000	0	0
Accionistas					
Caeirinvest - Investimentos e Participações, Unipessoal, Lda.	Acções	103 600	103600	-	0
A.M. e M.O., Importação e Exportação, Lda.	Acções	43 800	43800	0	0
Yolanda Maria Martins Ricardo Jerónimo	Acções	200	200	0	0

Lisboa, 25/03/2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 _____ Manuel Maria Ricardo
 _____ José Carlos Pereira Lilaia
 _____ Paulo Jorge Seixas de Castro Jerónimo

C.S. EUR 1.000.000 | Matric. C.R.C. Lisboa / NIF 502 870 206

ACTA Nº 49 (Quarenta e nove)

Aos três dias de maio do ano dois mil e dezanove, pelas quinze horas, reuniu na sede social sita no Aeroporto de Lisboa, Rua C, Edifício 124, 5º Piso, Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da sociedade Unicâmbio – Instituição de Pagamento, S.A., com o Número de Identificação de Pessoa Colectiva quinhentos e dois milhões, oitocentos e setenta mil, duzentos e seis, com documentos depositados na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número e com o Capital Social de um milhão de euros, e encontrando-se presentes ou representados 100 % (cem por cento) do Capital Social.-----

...

Ponto Um - Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2018; -----

Ponto Dois – Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; -----

...

Esclarecidas as questões colocadas, foram postos a votação o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2018, sendo aprovados por unanimidade. -----

--- Passando ao ponto dois da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa fez a leitura da proposta de aplicação de resultados e o Sr. Paulo Jerónimo fez um breve comentário ao teor da mesma; de seguida a proposta foi analisada, colocada a votação e aprovada por unanimidade. --- Deste modo o Resultado Líquido do Exercício de 2018, no valor de € 1.705.256,31 (um milhão, setecentos e cinco mil, duzentos cinquenta e seis euros, trinta e um cêntimos) destina-se a ser aplicado da seguinte forma: -----

a) Para Reserva Legal, € 171.000,00 (cento setenta e um mil euros) -----

b) Para Reserva Especial por Lucros Retidos e Reinvestidos (art. 32º do CFI), € 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros) -----

c) Para Distribuição de Dividendos, € 500.000,00 (quinhentos mil euros) -----

d) Para Resultados Transitados € 284.256,31 (duzentos oitenta e quatro mil, duzentos cinquenta e seis euros, trinta e um cêntimos). -----

--- Entrando de seguida no Ponto Três da Ordem de Trabalhos, apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, a Eng. Odete Ribeiro, em representação do Accionista A.M. e M.O. Importação e Exportação Lda., propôs um voto de confiança e louvor à Administração e restantes Órgãos Sociais da Unicâmbio S.A., proposta esta que posta a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

--- Passando ao Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, o Sr. Manuel Ricardo apresentou a proposta de manutenção da remuneração do Conselho de Administração, proposta esta que posta à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

Passando finalmente ao Ponto Seis da Ordem de Trabalhos, apreciar outros assuntos de interesse geral da sociedade, o Sr. Manuel Ricardo manifestou o seu louvor e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos Colaboradores e Órgãos Sociais da Unicâmbio S.A. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente Acta, que depois de lida e achada conforme por todos os presentes, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral. -----

UNICÂMBIO
INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
A Administração



LISTA DE PRESENCAS

ANEXA À ACTA N.º49 DA ASSEMBLEIA GERAL

03 DE MAIO DE 2019

UNICÂMBIO – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A., sede social, Aeroporto de Lisboa, Rua C, Edifício 124, 5º piso, 1700-008 Lisboa, com o capital social de 1.000.000 Euros, *matriculada na Conservatória do Registo Comercial* de Lisboa com o *número* único de matrícula e de pessoa coletiva n.º502 870 206

Ordem de Trabalhos:

- 1.º - Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2018;
- 2.º - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4.º - Deliberar sobre a remuneração dos membros do conselho de administração;
- 5.º - Apreciar sobre quaisquer outros assuntos de interesse geral da sociedade.

ACCIONISTAS	Representado por:	Assinaturas	Ações	Votos
CAEIRINVEST - Investimentos e Participações, Unipessoal, Lda.	Paulo Jerónimo		103600	103600
AM & MQ, Importação e Exportação, Lda.	Maria Odete Ribeiro		43800	43800
José Carlos Pereira Lilaia			43000	43000
Manuel Maria Ricardo			8600	8600
Joana Luis Lilaia	José Carlos Lilaia		400	400
Filipa Luis Lilaia	José Carlos Lilaia		400	400
Yolanda Maria Martins Ricardo Jerónimo	Paulo Jerónimo		200	200
MESA ASSEMBLEIA GERAL				
José Augusto Aleixo Soares			-	-
Ana Maria C. N- Martins Peralta Maricato			-	-

